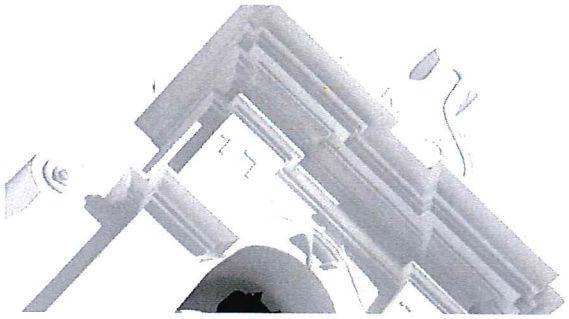


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

ATA n.º 6 /2022

Sessão Extraordinária Pública, de 17 de outubro de 2022

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

--- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);

--- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);

--- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);

--- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);

--- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);

--- José Epifânio Martins da Graça (PS);

--- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);

--- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);

--- Liliana Manuela Gonçalves (PPD/PSD);

--- Maria João Teixeira Dias dos Anjos (PS);

--- Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe (PPD/PSD);

--- Gisela Sofia Viegas (PS);

--- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PPD/PSD);

--- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);

--- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS).

--- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);

--- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);

--- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);

--- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PPD/PSD);

--- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

--- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;

--- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;

--- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;

--- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;

--- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;

--- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

--- David Martins (PS);

--- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);

--- João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD);

--- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);

--- Aos dezassete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, reuniram em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira no Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.----------

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** José Manuel Madeira Guerreiro, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e seis minutos. ----------

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal Ana Paula Martins, o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) José Apolinário, os Vice-Presidentes da CCDR Elsa Cordeiro e José Pacheco, os Vereadores, os Presidentes de Junta, as colegas de Mesa, os Deputados Municipais, o público presente e os que estavam a assistir via *Facebook*, deixou uma palavra de agradecimento aos funcionários municipais em particular aos funcionários da Biblioteca, aos técnicos de som e imagem, aos serviços de apoio, à informática e ao Luís Gago. ----------

--- Referiu que a primeira secretária Maria Margarida Flores iria fazer a chamada.----------

--- **Presenças:** Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Liliana Ribeiro Fernandes, Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás. ----------

--- Os Deputados Municipais Jorge Francisco da Silva e Nuno Filipe Gonçalves Diogo não se encontravam presentes no momento da chamada. ----------

--- **Os Deputados Municipais** Ana Rita Gonçalves Pacheco, David Martins, João Pedro Rolo Correia, faltaram à sessão, sendo substituídos por Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, respetivamente. O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou e deu as boas vindas aos deputados municipais que se encontravam em substituição. ----------

--- O Deputado Municipal Nuno Filipe Gonçalves Diogo faltou à sessão, não tendo informado pelo que não se procedeu à sua substituição. ----------

--- **O Presidente de Assembleia Municipal**, informou que se tratava de uma Assembleia Extraordinária e que se prendia com um pedido da CCDR efetuado a todos os concelhos do Algarve. Aquela apresentação poderia ter sido integrada numa Assembleia Ordinária, mas tinha sido entendimento que não seria a melhor forma de escutar, ouvir ou meditar sobre tudo o que ia ser apresentado. ----------

--- Informou que a apresentação tinha sido disponibilizada a todos os deputados municipais para poderem ter tempo de analisar a mesma, para questionar se subsistissem dúvidas, todavia **anexa-se o documento à presente ata como documento número um.**----------

--- Louvou a forma como o Presidente da CCDR estava a gerir a instituição, sendo a transparência a melhor forma de dar credibilidade a quem exercia cargos públicos.----------

--- Esclareceu como iria decorrer a sessão de Assembleia Municipal Extraordinária, depois da apresentação da CCDR e porque se tratava de uma apresentação conjunta para a Assembleia Municipal e para o Executivo Municipal, a primeira intervenção seria da Presidente da Câmara Municipal e depois os deputados municipais tinham sessenta (60) minutos para intervenções.-

--- O público que pretendesse intervir teria que fazer a inscrição até trinta (30) minutos após o término da apresentação da CCDR. ----------

--- **O Presidente da CCDR**, cumprimentou o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia, Presidente da Câmara Municipal e Vereadores e todos os que seguiam a Sessão de Assembleia Municipal, agradeceu também em nome dos Vice-Presidentes da CCDR, Elsa Cordeiro e José Pacheco, a disponibilidade e presença de todos. ----------

--- Referiu que a apresentação era assumida pelos três (3) membros da Direção da CCDR, a Vice-Presidente Elsa Cordeiro, fazia parte da organização interna da melhoria da capacitação da CCDR, trabalhava com a cooperação transfronteiriça do Programa Transfronteiriço Espanha-Portugal (POCTEP) e com alguns projetos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Vice-Presidente José Pacheco tinha vindo a seguir alguns projetos de ordenamento do ambiente e do PRR.----------

--- Explicou que em 2020 tinha havido uma alteração legislativa à Lei Orgânica das CCDR`s, aprovada pela Assembleia da República, onde tinha sido votado um diploma em que a Direção das CCDR`s passava a ser eleita por um Colégio Eleitoral composto pelos eleitos locais da área geográfica de atuação da respetiva CCDR. No caso da CCDR do Algarve esse Colégio Eleitoral integrou os autarcas que representavam as populações dos dezasseis (16) Municípios do Algarve, incluindo os presidentes das câmaras municipais, os presidentes das assembleias municipais, os vereadores eleitos e os deputados municipais, incluindo os presidentes das juntas de freguesia.----------

--- O diploma tinha sido bastante trabalhado pelo Governo do Partido Socialista (PS) e pelo principal partido da oposição, Partido Social Democrata (PSD). ----------

--- Sublinhou que o Deputado Jorge Botelho tinha participado naquele processo legislativo ainda com funções no governo. ----------

--- Aquele processo tinha levado a que existisse um acordo de natureza política entre o PS e PSD, subscrito pelos autarcas de todos os Concelhos do Algarve com o compromisso de melhorar a capacitação, resposta e por outro lado cumprir a missão da CCDR. ----------

--- Continuou dizendo que a apresentação naquela sessão consistia, em informar qual a missão e atribuições da CCDR, fazer um ponto de situação nos termos de ordenamento da proteção dos Planos Diretores Municipais (PDM), explicar a execução dos Fundos Europeus do Programa Operacional Regional e do POCTEP e depois uma apresentação das linhas orientadoras do Programa Portugal 2030 e do Programa Regional Algarve 2030. ----------

--- Referiu a missão e as atribuições. A CCDR tem competências em matéria de coordenação e articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, executar a política de incentivos do Estado à comunicação social, ao nível da respetiva área geográfica de atuação, nos termos da lei, articulação em termos de cooperação transfronteiriça, gestão dos Fundos Europeus, quando estavam atribuídos à região. Salientou que recentemente tinham sido criados várias programas de apoio a nível nacional inseridos no PRR, todavia acompanhavam-nos apenas na Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, não tendo a CCDR qualquer interferência na sua gestão. ----------

--- Sublinhou que o Programa do XXIII Governo Constitucional apontava para a criação das condições necessárias para a concretização do processo de regionalização, mediante a realização de um referendo em 2024, todavia não tinha havido até ao momento sintonia nos partidos de maior representatividade autárquica e a nível nacional, o PS e o PSD, sobre aquele processo, pese embora tenha havido também uma recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) naquele sentido. Por outro lado, apontava-se também para a integração nas CCDR dos serviços desconcentrados de natureza territorial, nomeadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, ordenamento do território, conservação da natureza e florestas, formação profissional e turismo, bem como dos fundos de natureza territorial, sem prejuízo da descentralização de algumas destas competências para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, no caso do Algarve para a Comunidade Intermunicipal do Algarve – CI-AMAL. Tudo o que tinha mencionado inseria-se numa linha de conceito, denominada governança de multinível, que era necessário articular, o que era a intervenção e responsabilidade da CCDR, no ponto de vista supra municipal e regional e o que era a articulação com a CI-AMAL e com os Municípios e Freguesias. ----------

--- A articulação entre as diferentes entidades, resultava da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro que estabelecia os princípios e normas a que devia obedecer a organização da administração direta do Estado, que apontava para uma maior articulação e maior eficiência na articulação dos serviços de Base Regional. Salientou que aquele modelo nunca tinha sido verdadeiramente implementado, tinha sido executado apenas ao nível de cada área governativa. ----------

--- Disse que como estava no programa do governo, existia a expectativa que ao longo do ano seguinte existisse mais acontecimentos relacionados com aquela matéria.----------

--- Transmitiu que uma das responsabilidades da CCDR era sobre o ordenamento do território e partilhou a preocupação no desafio que existia naquele momento com a adaptação dos Planos Diretores Municipais (PDM). A adaptação, resultava da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio "Lei de Bases Gerais da Politica Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo", que paralelamente tinha um diploma que era o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) que tinha um prazo mais reduzido para apresentação dos processos de início das conferências procedimentais em relação às revisões dos PDM`s, entretanto tinha saído um novo diploma, Decreto-Lei n.º 45/2022 de 08 de julho, onde os municípios podiam desencadear os procedimentos para a primeira reunião da comissão consultiva ou para a conferência procedimental, até 31 de outubro de 2022, havendo a conclusão do procedimento, até 31 de dezembro de 2023. ----------

--- Realçou que em Tavira já tinha realizado a data da primeira reunião da comissão consultiva, estando o processo em evolução. ----------

--- Afirmou, que na área de Ambiente e Ordenamento, a CCDR era autoridade ambiental nalgumas áreas e partilhou o esforço que tinha havido na resposta aos temas do Regime Jurídico da Avaliação de Impacto Ambiental – AIA - mencionou ainda que os estudos de impacto ambiental em curso eram analisados em conjunto pela CCDR e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Salientou a excelente cooperação com a APA naquelas e noutras missões e competências. ----------

--- Destacou que a CCDR tinha uma estrutura com cento e doze (112) colaboradores, dos quais setenta e oito (78) eram licenciados, tinha havido um esforço para uma cultura organizacional, tinham implementado um plano de formação, seguido e coordenado pela Vice-Presidente Elsa Cordeiro. ----------

--- Mencionou que as ações de formação tinham sido desenvolvidas também em articulação com outras entidades da administração pública desconcentrada e com as autarquias. As formações ministradas tinham sido principalmente na área do RJIGT e da Cibersegurança.-------

--- Partilhou um quadro com a situação do Algarve em números. Defendeu que o Algarve era uma região com fortíssima especialização na atividade económica do Turismo. A especialização

levava a que quando existisse recuperação económica, recuperava-se mais rápido que o resto do país. Tinha havido uma crise muito significativa em 2008/2012 das dívidas soberanas, depois tinha-se voltado a ter um forte impacto em 2020 com o COVID. ----------

--- Os números do quadro eram relativos ao impacto do Produto Interno Bruto (PIB) em média com a União Europeia (UE), da leitura dos números poder-se-ia concluir que no quadro comunitário QCAIII 2000/2006, o Algarve tinha subido, aproximando-se da média Europeia, a seguir tinha diminuído, reflexo do impacto da crise das dívidas soberanas de 2008 a 2012, posteriormente tinha havido uma subida aproximando-se novamente da média Europeia e o COVID tinha trazido mais uma descida e um distanciamento da média da União Europeia. -------

--- Os Fundos Europeus tinham como objetivo, que todas as regiões se aproximassem dos cem por cento (100%) da execução dos fundos, e eram centrados nalguns princípios nomeadamente no princípio da adicionalidade, para a região se aproximar do valor máximo, tinha o desafio de ter mais qualificação, mais capacitação e mais diversificação. ----------

--- Partilhou um outro slide, evidenciando que no Algarve entre 2011 e 2021 a população residente entre os 65 e mais anos tinha aumentado, principalmente a de nacionalidade estrangeira. ----------

--- A densidade populacional no Algarve tinha aumentado no global, no entanto no interior tinha perdido cerca de quatro por cento (4%) da sua população sendo que o aumento revia-se no litoral. O concelho com maior aumento populacional tinha sido Albufeira e o que mais tinha diminuído tinha sido Alcoutim. ----------

--- Partilhou a informação do alinhamento com o Pilar Europeu do Direitos Sociais, o tema das qualificações, que considerava ser um tema central. Referiu que não havia diversificação e melhoria da produtividade sem qualificações, aquele era um quadro de um enorme desafio que se colocava à região do Algarve, que tinha consequências na população entre os trinta (30) e trinta e quatro (34) anos com ensino superior. ----------

--- No Algarve, com números de 2019, trinta e três vírgula oito por cento (33,8%) da população entre trinta (30) e trinta e quatro anos (34) a trabalhar tinha uma qualquer formação a nível superior, a nível nacional a média subia para trinta e nove virgula seis por cento (39,6%), com o efeito COVID a média tinha baixado para trinta porcento (30%). O objetivo dos Fundos Europeus com o "Portugal 2030", a nível nacional era atingir cinquenta por cento (50%). A estratégia para o Algarve era chegar aos quarenta por cento (40%) em 2030. ----------

--- Relembrou que o rendimento mensal líquido de um empregado por conta de outrem no Algarve em média era mais baixo que a nível nacional. Entre 2011 e 2021 aquela diferença tinha aumentada de menos três vírgula cinco por cento (-3,5%) para menos seis vírgula um por cento (-6,1%). ----------

--- Sublinhou a importância do investimento em Investigação e Desenvolvimento (I & D) e em Ciências e Investigação. Julgava que para haver diversificação e maior competitividade do território tinha de existir qualificações superiores e um maior investimento em I&D, em particular nas empresas, investimento em inovação pressupunha investimento em procedimentos e/ou novos produtos. ----------

--- Partilhou que a nível nacional o investimento em I&D era feito maioritariamente pelas empresas enquanto no Algarve dois terços era efetuado pela universidade e apenas um terço pelas empresas. A nível nacional o peso do Produto Interno Bruto (PIB) gerado em I&D era de uma vírgula sessenta e quatro por cento (1,64%), em relação ao Algarve o PIB da região em I&D era de zero vírgula quarenta e nove por cento (0,49%). ----------

--- Reavivou as prioridades para o futuro e o enorme desafio do Algarve que era a água e a situação em relação às reservas de água. Sublinhou que a água residual tratada representava apenas quatro vírgula um por cento (4,1%). ----------

--- Falou sobre o Programa Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal (POCTEP), cuja taxa de execução era de trinta e quatro vírgula e oitenta e sete por cento (34,87%). Aquela execução tinha a ver com a repartição do ponto de vista temático, sublinhou a articulação com Espanha e com os diferentes promotores em relação a dois programas de trabalho, um programa relacionado com a cooperação na área da Economia Azul – Projeto Atlazul e outro na área das respostas e resiliência aos incêndios, promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resiliência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes que era o Centro Ibérico de Investigação e Combate aos Incêndios Florestais (CILIFO). ----------

--- O slide seguinte focava a evolução de Programa Operacional Regional, e naquele ponto em particular queria agradecer à Presidente da Câmara Municipal e aos técnicos municipais, o esforço demonstrado para submeter regularmente os projetos para execução dos Fundos Europeus. ----------

--- Referiu que faltavam quinze (15) meses para o término do programa e que estavam executados sessenta e oito virgula um por cento (68,01%) dos projetos, sendo que quatro por cento (4%) dos projetos encontravam-se em organismos intermédios, existindo ainda uma margem muito significativa para execução até ao final do quadro comunitário. ----------

--- Partilhou os trabalhos em desenvolvimento sobre os próximos Fundos Europeus. Informou que a CCDR Algarve era responsável pelo programa operacional regional. Em relação ao PRR eram apenas beneficiários finais em relação ao Centro Qualifica, na formação e qualificação de funcionários da Administração Pública e eram beneficiários intermédios enquanto parceiros na execução da Ponte Alcoutim-Sanlúcar. ----------

--- Mencionou que a CCDR era um dos parceiros na Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR e assim conseguiam ter informação sobre a monotorização da execução do PRR, sendo que, procuravam acompanhar de uma forma mais próxima a implementação da aprovação das estratégias locais de habilitação, tendo sublinhado que dos dezasseis (16) municípios do Algarve, quinze (15) já tinham assinado com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) as estratégias locais de habilitação, encontrando-se em falta apenas o Município de Monchique.----------

--- A CCDR tinha procurado acompanhar junto das diferentes entidades da Administração Pública Desconcentrada a evolução dos investimentos do PRR em particular no Plano de Eficiência Hídrica onde estavam previstos duzentos milhões de euros (€ 200.000.000,00) para o Algarve e os investimentos de proximidade na Área da Saúde que eram da responsabilidade da Administração Regional de Saúde do Algarve, IP (ARS).----------

--- Referiu que no Quadro Comunitário – Algarve 2030 existia uma verba de cerca de setecentos e oitenta milhões e trezentos mil euros (€ 780.300.000,00), aquela verba tinha sido alinhada e discutida, em primeiro lugar com a Estratégia Algarve 2030 aprovada no Conselho Regional da CCDR e por outro lado alinhada com as prioridades da Regulamentação Comunitária e a repartição em termos de objetivos estratégicos. ----------

--- Naquele âmbito, sublinhou dois objetivos, sustentabilidade e competitividade. A sustentabilidade do ponto de vista ambiental, social e económico, onde o grande desafio era a descarbonização quer da atividade económica quer em termos de mobilidade. No caso das empresas o foco era sobretudo na inovação, na economia circular, na requalificação sustentável do Turismo e nos processos de descoberta empreendedora, sendo esse o caminho para a competitividade. No caso das pessoas os principais eixos para a proposta de valor, tinham a ver com a inclusão e inovação social e com a qualificação.----------

--- Referiu que no Programa o "Objetivo de Politica 1 – Um Algarve mais inteligente" alinhado com o Regulamento Comunitário, contemplava o apoio às empresas para reforçar a capacidade de investigação, aproveitar as vantagens da digitalização, reforçar o crescimento e competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME), desenvolver as competências de especialização inteligente. No caso da promoção da conectividade digital a CCDR tinha vindo a defender e negociar com os serviços da Comissão Europeia, a inclusão de quinze milhões de euros (€ 15.000.000,00) a juntar ao valor inicial de duzentos e vinte e quatro milhões e setecentos mil euros (€ 224.700.000,00) para melhorar a conetividade digital no Barrocal Interior do Algarve, mas aquela situação só seria possível com a implementação do concurso do 5G.----------

--- Aludiu que seria um processo gerido a nível nacional e que nas zonas não cobertas pelo investimento 5G seria disponibilizada uma verba que seria articulada com os Municípios para a sua implementação e melhoria da conetividade no Barrocal e no Interior. ----------

--- Disse que no "Objetivo de Politica 2 – Um Algarve mais verde e descarbonizado", que correspondia à sustentabilidade, tinham sido mobilizados mais de quarenta por cento (40%) do Programa Regional para as suas diferentes vertentes, o que considerava ser um desafio enorme mas necessário. ----------

--- Referiu que no Quadro Comunitário – "Portugal 2020" para o objetivo da sustentabilidade tinham sido considerados três vírgula seis por cento (3,6%) dos trezentos e dezoito milhões de euros (318 milhões de euros), no novo Quadro Comunitário – "Portugal 2030", mais de quarenta por cento (40%) dos setecentos e oitenta milhões e trezentos mil euros (€780.300.000,00), o que era um desafio enorme, sendo necessário garantir quem executasse as verbas, pois um dos principais problemas do país não era negociar as verbas era quem as iria executar, como o fazia, e como se garantia a governança multinível daquela execução. ------

--- Continuando a apresentação mencionou que um dos objetivos específicos do Objetivo 2, era promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa, de promover as energias renováveis, e que a CCDR Algarve tinha o único programa regional que mobilizava uma verba para apoiar as empresas, com um instrumento financeiro misto, uma parte do apoio reembolsável e outra parte a fundo perdido no sentido de fomentar um investimento das empresas para a utilização e promoção das energias renováveis. Disse que tinha sido inscrito uma verba para as energias renováveis não maduras, como por exemplo, energias renováveis oceânicas de correntes do mar ou de ondas, que se queria estimular e incentivar e ainda tinha sido considerado verba para o desenvolvimento de cinco comunidades energéticas em áreas empresariais. No Algarve existia um levantamento com cerca de dezassete (17) áreas empresariais, umas geridas pelos municípios, outras por privados. No âmbito do PRR tinha havido um concurso para a criação dessas comunidades energéticas nas áreas de acolhimento empresarial, no Algarve tinha sido escolhido o município de Lagos, com um investimento do PRR de cerca de cinco milhões de euros (5 milhões) e da Câmara Municipal de Lagos com mais três milhões de euros (3 milhões). Pretendia-se replicar esse modelo à escala regional. ----------

--- Prosseguiu a apresentação mencionando que o objetivo 2 englobava também a promoção e adaptação aos efeitos das alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes, era uma matéria onde estavam contemplados, por exemplo, meios e apoios à Proteção Civil. ----------

--- Sobre a gestão sustentável da água, queria dizer que existiam duas linhas de trabalho, uma em relação às "Águas em Baixa" sendo que no pacote dos duzentos milhões de euros (200 milhões) do PRR existia um pacote de trinta e sete milhões de euros (37 milhões) orientado para as Autarquias, para candidaturas a eficiência hídrica e a redução de perdas, mas aquela proposta tornava-se insuficiente para cobrir as necessidades de toda a região. A CCDR no novo Quadro Comunitário contemplaria uma verba naquela área, com financiamento a sessenta por cento (60%). Por outro lado, na outra linha de trabalho da gestão sustentável da água, informou que tinham estado a trabalhar com as Águas do Algarve para a possibilidade de haver algumas intervenções que não estivessem previstas no PRR e que fizessem sentido de reforçar a sustentabilidade e resiliência no tema da água.----------

--- Sobre a transição para a economia circular, disse que era uma componente que tinha a ver com os resíduos, separação, reciclagem, reutilização e valorização dos resíduos. No quadro das negociações com a Comissão Europeia tinham defendido também a possibilidade de haver financiamento para a reutilização de água. ----------

--- No outro ponto, reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e redução da poluição, mencionou que se relacionava com a necessidade de haver corredores verdes e estruturas de apoio à biodiversidade, no interior da região, no Barrocal. ---

--- Na promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, focou que entravam dois tipos de elegibilidades, as ciclovias urbanas e um projeto de mobilidade multimodal eixo Olhão-Faro, Aeroporto-Universidade-Loulé. ----------

--- Disse que o Objetivo de Politica 4 – "Um Algarve mais Social" mobilizava uma verba de noventa e dois milhões de euros (92 milhões) de Fundo Social Europeu (FSE) acrescido de vinte e dois milhões de euros (22 milhões) de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), onde se enquadravam não só as iniciativas de integração, apoio social nos diferentes grupos, nomeadamente nos grupos vulneráveis, como também a formação e qualificação até ao ensino superior. ----------

--- Realçou que havia um trabalho em conjunto com a Universidade e o Politécnico naquela linha de orientação. O Politécnico recebia anualmente entre duzentos (200) a duzentos e cinquenta (250) Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTESP), cursos com uma duração de quatro semestres, articulados entre o Politécnico e as empresas para impulsionar a qualificação dos recursos humanos, tendo como objetivo chegar aos quinhentos (500) CTESP por ano, através de uma bolsa que seria articulada para fomentar aquela formação especializada, ministrada pelo Politécnico e articulada com a colaboração das empresas. --------

--- Informou que no Politécnico da Bacia do Cávado, na zona de Braga-Barcelos naquele ano tinham entrado cerca de mil e duzentos jovens (1200) em CTESP de acordo com um protocolo

com a Bosch, Grupo Casais e Grupo DST, mencionou que no Algarve não existiam esse tipo de empresas, por isso, tinham de procurar entre a atividade do turismo, em termos de manutenção e as atividades de diversificação da base económica, para reforçar a resposta dos CTESP.----------

--- Referiu que tinham sido inscritos oito milhões de euros (8 milhões) para em conjunto com a Universidade melhorar os edifícios para acolher os CTESP.----------

--- Transmitiu que estava a ser defendido na Comissão Europeia um cofinanciamento, que também dependia do Governo, que pretendia garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente no Sistema Hospitalar. No Algarve não existia um Hospital Central, e a CCDR tinha vindo a debater-se para que houvesse um investimento num Centro Oncológico para exames de Tomografia por Emissão de Positrões (PET) justificando que a região era prejudicada e não estava garantido o acesso em igualdade de circunstâncias aos cidadãos do Algarve aos exames PET. Os exames PET só podiam ser feitos em Sevilha ou Lisboa, sendo que o Serviço Nacional de Saúde do Hospital (SNS) desembolsava entre quatro a cinco milhões de euros por ano naquela prestação de serviços. O objetivo era que houvesse um investimento que permitisse desenvolver aquela área de resposta na região com toda a urgência.----------

--- Referiu que no Objetivo de Politica 5 – "Um Algarve mais próximo das pessoas", tinha a ver com políticas de proximidade, tinha havido até ao momento um acordo de cooperação ente a CCDR e a Comunidade Intermunicipal do Algarve - CI AMAL, mas para o futuro iria haver um pacto, no sentido de delegação de competências para a execução de alguns indicadores e objetivos em algumas das áreas de competências. ----------

--- Mencionou que estavam a trabalhar com o apoio do Instituto de Ciências Jurídicas de Direito Público da Faculdade de Letras de Lisboa numa proposta de trabalho sobre aquela matéria, perspetivava-se que áreas como a Educação, a Cultura, a Saúde de proximidade, mesmo a questão da água, que houvesse uma articulação e um compromisso com a CI-AMAL. Para a promoção de zonas não urbanas e dado que o Regulamento Comunitário fazia uma clara separação entre os investimentos nas zonas urbanas e não urbanas a CCDR iria apresentar uma proposta de distribuição de respostas tendo em conta a dimensão e a necessidade de correção de assimetrias e a competitividade do território. ----------

--- Referiu sobre o PORTUGAL 2030 em termos de Programa Operacional Regional (POR), que o Governo tinha assinado o acordo de parceria que definia as regras e os pontos gerais em junho de 2022. A CCDR tinha vindo a discutir com os Serviços da Comissão Europeia o programa regional e tornava-se espectável que o programa fosse aprovado até ao final ano de 2022. Só depois do programa estar aprovado, poderiam concretizar os avisos para as candidaturas e a distribuição e afetação em cada uma das componentes. ----------

--- Terminou dizendo que só se conseguia justificar o aumento das verbas melhorando a execução, e a execução implicava estruturas e capacitação na região. Os desafios de execução eram enormes, quer no PRR, quer nos programas temáticos, sendo um desafio para a capacidade técnica, para a existência de boas propostas com vista a uma eficaz aplicabilidade dos Fundos Europeus.----------

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, cumprimentou e deu as boas vindas ao Presidente da CCDR José Apolinário, aos Vice-Presidentes Elsa Cordeiro e José Pacheco, ao Presidente da Assembleia Municipal e a todos os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta de Freguesia, o executivo, o público presente e quem assistia através das plataformas digitais e endereçou uma saudação especial a todos os colaboradores do município que faziam com que fosse possível acontecer a Assembleia Municipal.----------

--- Agradeceu a disponibilidade e enalteceu a forma de gestão da CCDR, considerou que fazia todo o sentido, dado a forma como as "Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional" eram eleitas, que apresentassem contas a quem os tinha elegido. ----------

--- Na sequência da apresentação da CCDR quis tecer algumas considerações e colocar algumas questões. Julgava que no novo Quadro Comunitário as prioridades estavam bem elencadas. Todavia, como tinha sido referido pelo Presidente da CCDR na sua apresentação, tornava-se premente a valorização e competitividade do território, do interior em particular, mas para que tal acontecesse considerava que eram necessárias algumas premissas. As comunicações eram essenciais para quem se queria fixar no interior, mas não menos premente era melhorar as acessibilidades, o que considerava essencial para a coesão territorial. Tinha conhecimento que não era possível a pavimentação quando as vias estavam em Reserva Ecológica Nacional (REN) mas seria pertinente que no âmbito da revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM`s), fossem consideradas algumas vias e desafetadas da REN com vista à pavimentação das vias principais de acesso a alguns montes onde viviam pessoas e onde se desenvolviam alguns negócios essenciais para a coesão territorial, pelo que deixava o repto para reflexão. ----------

--- A segunda consideração, tinha a ver com a habitação e as estratégias locais de habitação. A Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo tinha sido elaborada na sequência de uma crise imobiliária, e como tal quando entrou em vigor tinha tido como objetivo acabar com a especulação imobiliária dos terrenos. No entanto, volvidos alguns anos, e face à pressão que existia por falta de habitação, quer para os residentes de Tavira em particular quer também para todos os algarvios em geral, e tendo em consideração que as áreas delimitadas pela Reserva Agrícola Nacional (RAN) estavam muito perto dos núcleos urbanos, gostaria que se

ponderasse a possibilidade, de modo a que as Câmaras Municipais pudessem executar as suas estratégias locais de habitação, que a revisão aos PDM`s contemplasse áreas que durante um determinado período conseguissem ter como destino a construção de habitação a custos controlados, habitação social e habitação de renda acessível. Julgava que seria importante que essa situação ficasse prevista permitindo às Câmaras Municipais a concretização das suas estratégias locais de habitação, pois os terrenos municipais eram poucos e os que estavam à venda pelos privados encontravam-se muito inflacionados.----------

--- A terceira consideração prendia-se com uma infraestrutura náutica para Tavira. Considerava que era essencial, não só pela questão de acomodação dos barcos. Tinha conhecimento das condicionantes ambientais e por isso não falava de uma grande marina, mas era importante ter uma infraestrutura náutica e também a possibilidade de alargar os portos já existentes. Considerava que não seria muito difícil, pois já existiam os portos de Cabanas e Santa Luzia. Achava que se podia ponderar a criação de umas estruturas náuticas que possibilitassem às embarcações privadas de pequeno porte a utilização desses espaços, defendeu que aquelas estruturas poderiam ser geridas por entidades privadas ou mesmo pelas Juntas de Freguesia. Considerava que essa medida seria importante para a segurança de navegabilidade na Ria Formosa, entendia as causas ambientais, mas julgava que ter barcos no meio da Ria propiciando acidentes, não lhe parecia ser a melhor decisão para o ambiente. ------

--- Questionou também como é que se podia reabilitar o Património Histórico. Disse que Tavira tinha um vasto e riquíssimo Património Histórico, que representava a história e a identidade da cidade, mas nem todo o Património Histórico em Tavira pertencia ao Município, havia propriedades privadas e do Estado Português e muito do património existente carecia de reabilitação. ----------

--- Por último, a questão que colocava tinha a ver com as transferências de competências, os equipamentos que passavam para a Câmara Municipal e o estado em que esses equipamentos se encontravam. Havia algumas infraestruturas náuticas, algumas escolas e outros equipamentos que gostaria de ter financiamento de Fundos Europeus para poder reabilitar. Existia vontade por parte do Município de receber as competências, mas era necessário que as mesmas fossem acompanhadas dos respetivos orçamentos, o que não estava a acontecer.------

--- **O Presidente da CCDR**, respondeu que em relação à habitação social e à habitação a custos controlados considerava que podiam ser estruturadas algumas alterações na revisão do PDM, reconhecendo que existia uma questão de dinâmica do planeamento. Quando o Governo tinha elaborado a Lei nº 31/2014, tinha efetuado uma avaliação, tinha ido às Universidades, tinha efetuado estudos técnicos sobre aquela matéria, um dos estudos tinha sido dinamizado pelo atual Presidente do Instituto de Ciências Jurídicas de Direito Publico da Faculdade Direito de

Lisboa, que era professor de direito especializado naquela área, o Professor Doutor João Miranda que tinha feito a seguinte leitura, *"há muito património para reabilitar, em vez de alargar a área urbana é preciso reabilitar".* ----------

--- Em 2014 e em 2015 com o RJIGT, não tinha sido previsto a dinâmica em termos de alojamento local e em termos de aquisição de um avultado número de imóveis de no Centro Histórico por cidadãos não nacionais, ou seja, o acesso a áreas consolidadas tinha-se mantido pese embora por razões diferentes das que tinham sido diagnosticadas em 2014. ----------

--- Mas também ter-se-ia que acautelar por uma questão de equidade para não se cometer injustiças, pois tinha havido municípios que tinham aceitado a legislação, que já tinham efetuado a adaptação do PDM e que estavam na espectativa do que iria acontecer. ----------

--- Referiu que relativamente às questões das pavimentações dos caminhos rurais em áreas de REN considerava razoável e iria tomar nota do solicitado pela Presidente da Câmara Municipal, mencionou também que a CCDR era favorável às questões relacionadas com o porto de recreio, mas era um assunto que tinha que ser analisado com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).----------

--- Referiu que as áreas da Saúde e do Património, que tinham investimentos por realizar e que tinham financiamentos comunitários, tinham que ser abordadas com a CI-AMAL. Nas políticas de proximidade, nomeadamente na educação, cultura e saúde tinham de ser definidos indicadores e objetivos a atingir. Por isso, é que considerava muito importante aproveitar as verbas do PRR na área da saúde onde para o Algarve estavam previstos cerca de cinquenta e dois milhões de euros (52 milhões), não só porque o financiamento era a cem porcento (100%), mas também porque depois tinha um peso menor no programa regional no decorrer do quadro comunitário.----------

--- **O Vice-Presidente da CCDR, José Pacheco**, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e os restantes membros, a Presidente da Câmara Municipal e o executivo. ----------

--- Falou relativamente à REN e aos caminhos, afirmou que o PDM estava em revisão, e que estava a ser estudada uma nova delimitação para a REN segundo as novas orientações de 2019. Acreditava que a questão teria cabimento durante a revisão do PDM e na elaboração da nova carta da REN. ----------

--- Na área de habitação, disse que quanto às áreas de expansão, a Lei de Bases (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro), fazia uma dicotomia muito grande entre o Solo Urbano e o Solo Rústico e existia um decreto regulamentar que os definia e distinguia. O RJIGT e a Lei de Bases, ainda tinha as Unidades Operativas de Planeamento e as Unidades de Execução, a Lei 31/2014 que obrigava a um maior planeamento e maior dinâmica no planeamento o que fazia que houvesse uma maior responsabilidade por parte dos executivos municipais e das Assembleias

Municipais levando a uma maior qualidade e mais garantias na execução da expansão dos aglomerados urbanos. ----------

--- **O Deputado Municipal José Graça**, cumprimentou os membros da Mesa da Assembleia Municipal, Deputados Municipais, os membros do Executivo Municipal, o público presente e os que assistiam em casa e saudou os convidados presentes na sessão que se encontravam para apresentar e prestar contas à Assembleia Municipal. ----------

--- Disse que na semana anterior tinha-se celebrado o segundo aniversário da atual presidência da CCDR fruto da eleição por parte das Assembleias Municipais do Algarve e dos autarcas de âmbito Municipal do Algarve, a participação no ato tinha sido uma manifestação de confiança reforçada no novo esquema de democratização das CCDR's. Congratulou a iniciativa da CCDR e o modelo de prestar contas. ----------

--- Sublinhou três temas que eram a preocupação não só do Concelho de Tavira como também de toda a região Algarvia e que tinha vindo a unir as diferentes bancadas com assento na Assembleia Municipal, não só da atual composição, como das anteriores que era a questão do Hospital Central do Algarve e o seu permanente adiamento, a questão das infraestruturas e transportes na região e a questão da habitação principal e da habitação secundária, que poderia ter graves consequência demográficas no futuro em algumas zonas mais fragilizadas do concelho.----------

--- A falta de habitação no concelho e em particular na cidade, levava a dificuldades de fixação de pessoas, necessárias para o desenvolvimento de novos negócios, mas também para a fixação ou manutenção das residências no concelho de jovens quadros formados do concelho, essenciais para o desenvolvimento das empresas. São áreas nas quais o concelho se tinha preocupado e inclinado ao longo dos últimos anos, tinha sido aprovada a Estratégia Local de Habitação há pouco mais de um ano, mas a mesma carecia de ser implementada depositando alguma confiança no futuro, fixando jovens casais e famílias na região, mas acima de tudo visava dar respostas às carências mais prementes em termos sociais.----------

--- Agradeceu a forma de prestar contas pela CCDR dando conhecimento ao que estava a ser feito na região e uma nova esperança por haver esta ligação entre os municípios e o poder central através da CCDR. ----------

--- **O Presidente da Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus**, cumprimentou o Presidente e Mesa da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal e Executivo, os convidados Dirigentes da CCDR, os colegas de bancada, público presente e ao que assiste em casa e os serviços de apoio.----------

--- Manifestou uma grande preocupação que era a pavimentação de alguns caminhos principais na Serra, mas também no Barrocal, em que os habitantes tinham cada vez mais dificuldade a passar com as suas viaturas.----------

--- Alegou que existiam estradas na Serra que eram fundamentais, apesar da desertificação havia montes que ainda tinham muitos habitantes e os caminhos eram fundamentais para uma evacuação em situação de emergência, como por exemplo num incêndio, que infelizmente todos os anos havia e que era uma grande preocupação, pelo que considerava que era uma questão que deviam acautelar. ----------

--- Outra grande preocupação eram as comunicações, naquele momento ainda existiam montes completamente isolados em que os seus habitantes não conseguiam fazer um simples telefonema para um familiar ou para o cento e doze (112) a pedir socorro. ----------

--- As empresas de telecomunicações tinham passado de comunicações analógicas para comunicações digitais e o digital não tinha antenas, não havia Internet, comunicações, as pessoas e os familiares estavam preocupadas, pois em caso de emergência não conseguiam agir e evitar consequências mais graves.----------

--- Referiu ainda, que tinha sido transferido, através das transferências de competências dos municípios para as Juntas de Freguesias muitas competências, mas faltavam os orçamentos a acompanhar. Com as competências tinham ficado com mais responsabilidades, cumprir a legislação nomeadamente no domínio da Contratação Publica por exemplo, não era fácil e a Junta de Freguesia não tinha capacidade financeira para ter técnicos licenciados. Deu o exemplo da compra de veículos, que tiveram que contratar uma empresa para efetuar todo o procedimento e acompanhamento na plataforma eletrónica da contratação pública, pelo que a aquisição tinha subido dois ou três mil euros. ----------

--- Defendeu que devia ser atribuída uma verba para completar o quadro de pessoal com técnicos superiores e referiu ainda que existia muita falta de formação para os assistentes técnicos, operacionais e eleitos locais. ----------

--- **O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Sousa**, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a mesa, os colegas Presidentes das Juntas de Freguesia, a Presidente da Câmara Municipal, o executivo, a Direção da CCDR, o público presente e o que assistia em casa e os serviços de apoio. ----------

--- Reforçou a situação da água na Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, relembrou que no passado tinha havido represas de água, que permitiam a manutenção de água durante alguns meses, alimentavam os animais, abasteciam os furos e os poços da Freguesia, acreditava que talvez com um investimento não muito elevado conseguir-se-ia recuperar algumas represas de água, afirmou que sabia que não era a solução ideal, mas ajudava a

manter as águas da chuva. Referiu, que naquele ano tinha chovido consideravelmente, mas ao final de dois ou três dias já estavam sem água. ----------

--- Intensificou a questão das comunicações da rede móvel, como Porto Carvalhoso, Carvalhal, que eram zonas com muitos habitantes e sem rede de comunicações. ----------

--- Alegou que tinha quatro sítios com ruinas na freguesia com paisagens lindíssimas e que não eram vendidas nem recuperadas, porque não tinham rede de eletricidade.----------

--- **A Deputada Municipal Sónia Tomás**, cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, o executivo Municipal, os Presidentes de Juntas de Freguesias, os Deputados Municipais, público presente e ao que assistia em casa, aos serviços de apoio, e agradeceu à Direção da CCDR pela presença naquela sessão da Assembleia Municipal de Tavira. ----------

--- Questionou o Presidente da CCDR sobre a taxa de execução dos Fundos Europeus, e quais tinham sido as candidaturas de Tavira aos Fundos Europeus e das candidaturas submetidas quais as que tinham sido aprovadas e qual a taxa de execução das mesmas.----------

--- Indagou a Câmara Municipal da existência de um Gabinete de Apoio ao Empresário das pequenas e médias empresas, para informar, apoiar e acompanhar na formalização das candidaturas aos Fundos Europeus.----------

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, cumprimentou todos, deixando um cumprimento especial ao Presidente e aos Vice-Presidentes da CCDR, pela informação dada. ----------

--- Começou por falar na organização do território e em particular nas infraestruturas náuticas. Disse que Tavira era provavelmente a cidade com maior propensão para acolher estruturas náuticas e para desenvolver uma economia de mar, criando riqueza e prosperidade para o concelho e encontrava-se praticamente inoperante.----------

--- Disse que os barcos estavam fundeados de maneira selvagem e desordenada não existindo benefícios económicos e que seria fundamental a existência de um projeto, que fosse transversal a todos os executivos. ----------

--- Em todas as campanhas eleitorais falava-se que a cidade de Tavira deveria virar-se para o mar, mas nada era feito, por isso, apelou à CCDR que conciliasse algumas ideias existentes e que fosse elaborado um projeto transversal e exequível para Tavira, que permitisse tirar contrapartidas económicas e financeiras para a cidade.----------

--- Disse ainda que o PDM não permitia a fixação no interior e que naquele momento já existiam energias autossuficientes e alguma capacidade de construção sem recurso a meios públicos e que poderiam ser alocadas a uma maior liberdade de construção no interior. Existiam muitas famílias com terrenos no interior que viam os seus filhos partir para o litoral porque o PDM não permitia que construíssem naqueles terrenos.----------

--- Alegou que era uma situação limitativa e que os Presidentes de Câmara e executivos se debatiam diariamente com os pedidos dos munícipes e a necessidade de dinamizar essas questões e os acessos ao interior, conjuntura que o PDM não acompanhava. ----------

--- Questionou sobre o PDM de Tavira, sabia que no ano de 2010/2012 havia um PDM a ser atualizado e pronto para avançar, todavia chegados a 2022 ainda não existia PDM. ----------

---Referiu ainda que uma passagem pedonal para a Ilha de Cabanas era fundamental, quer para o ornamento da zona, quer em termos ecológicos, limitando a circulação de barcos numa zona sensível da Ria Formosa. ----------

--- Disse que tudo o que havia elencado era muito importante e que fazia parte das promessas eleitorais de todos os partidos, no entanto a situação não avançava e existiam muitos constrangimentos.----------

--- Por último perguntou em relação ao Centro de Meios Aéreos de Cachopo e se a CCDR considerava viável o início do projeto até ao final do ano 2022.----------

--- **A Deputada Municipal Manuela Romão** cumprimentou todos, disse que tinha duas questões, a primeira era sobre a saúde, referiu que era sempre uma grande preocupação que assolava os Algarvios em geral, e os Tavirenses em particular, pois estavam no meio de dois hospitais, Vila Real de Santo António/Faro, e não sabiam para onde se deviam dirigir. Gostaria de saber qual o ponto de situação sobre as obras de ampliação do Centro de Saúde de Tavira. -

--- Disse que tinha ficado muito agradada com a possibilidade da realização dos exames PET na região.----------

--- A outra questão tinha a ver com a área social, gostava de saber quais os investimentos financiados pelo PRR aprovados para o Concelho de Tavira, e o que estava previsto no âmbito da gratuitidade das creches. ----------

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira**, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e assim cumprimentou todos os presentes e todos os que seguiam a sessão da Assembleia Municipal através das redes sociais e cumprimentou de uma forma especial a direção da CCDR, o Presidente José Apolinário e os Vice-Presidentes José Pacheco e Elsa Cordeiro. Considerava que era muito importante o roteiro regional, e prestar contas era o que todos os políticos deviam fazer aquando do exercício das suas funções públicas, isso era dignificar o exercício da política. ----------

--- Afirmou que não se podia esquecer o caminho da regionalização e o que o Presidente da CCDR Algarve tinha referido, que se houvesse uma regionalização ou uma região piloto eventualmente já existiria o Hospital Central, situação que não se verificava lamentavelmente para todos os Algarvios e para todos os que escolhiam o Algarve como destino.----------

--- Referiu que acreditava que tinha havido muito trabalho na elaboração do documento apresentado e a forma exemplar como a estratégia tinha sido construída. A elaboração da mesa tinha contado com a participação dos municípios algarvios, da Universidade do Algarve e de outras entidades e personalidades regionais. O documento apresentado correspondia às necessidades do Algarve e às suas prioridades, acreditando que havendo a ligação e articulação entre as diversas entidades, caso os factos não ocorram, havia outra legitimidade junto dos governos para fazer acontecer e se reivindicar.----------

--- Em relação ao Programa Regional 2030, evidenciava uma prioridade que o Presidente da CCDR já tinha referido que era a diversificação da base económica e o esforço da qualificação dos mais jovens. Mencionou que era uma preocupação de todos, independente da cor politica, a taxa de jovens que abandonava prematuramente o ensino e da formação, em termos da União Europeia era de dez vírgula seis por cento (10,6%), de Portugal era onze vírgula oito por cento (11,8%) e no Algarve era de vinte vírgula um por cento (20,1%) o que achava preocupante. Jovens que não trabalhavam, que não estudavam e nem sequer tinham formação entre os 15 e 24 anos na União Europeia eram de dez vírgula cinco por cento (10,5%), em Portugal oito virgula quatro por cento (8,4%) e no Algarve treze por cento (13%). -

--- A taxa de abandono escolar precoce continuava a representar um grande desafio, nomeadamente para a região do Algarve, referiu que os jovens entre 18 e 24 anos que deixaram de estudar sem completar o ensino secundário representavam quase vinte por cento (20%) no Algarve, e em Portugal de dez vírgula seis por cento (10,6%), a elevada taxa de abandono escolar comprometia não só o sistema educativo, como também o desenvolvimento do capital humano que era transversal, ou seja, tinha repercussões nas qualificações, no mercado de trabalho e no desenvolvimento económico e social da região. Relembrou que os níveis salariais do Algarve eram dos mais baixos do país, eventualmente porque as qualificações também eram as mais baixas do país. ----------

--- Referiu que o papel do conhecimento era decisivo, o tema da qualificação era central, e também era preocupante a frágil ligação entre as empresas e as instituições que produziam o conhecimento em I&D. ----------

--- Alegou que tinha sido referido que no Algarve o investimento em I&D, dois terços (2/3) era representado pela Universidade e que apenas um terço (1/3) pelas empresas, isto era uma realidade que preocupava todos e tinha que se encontrar o caminho para alterar o percurso que caracterizava o Algarve. ----------

--- Solicitou que a equipa da CCDR aprofundasse quais as medidas e o que estava delineado para garantir uma plena execução dos Fundos Europeus. Para Tavira, como é que se refletia

também a execução dos fundos, já se tinha falado na escola secundária, mas havia outras possibilidades como clusters de competitividade, entre outros. ----------

--- Outro ponto que queria abordar era sobre a seca hidrológica no Algarve, que assumia um carácter estrutural, agravada pelas alterações climáticas que se estava a viver, situação que já tinha sido sentida anteriormente mas naquele momento de uma forma mais agravada. No PO Algarve 2030 – Objetivo 2, existia um objetivo especifico para a promoção da gestão sustentável da água, e aquela questão era transversal, não só para o consumo humano, mas também para a agricultura, nesse sentido questionava o Presidente da CCDR sobre o que pretendiam fazer efetivamente, porque as perspetivas era que as barragens e pensava que os aquíferos também, teriam água para um ano e não se podia estar dependente se chovia, ou não chovia, não se podia estar dependente daquela realidade, porque em termos económicos e sociais dependia também dos investimentos naquela área.----------

--- **O Presidente de Junta de Freguesia de Cachopo**, **Rafael Dias**, cumprimentou toda a mesa da Assembleia Municipal, o executivo, os Deputados Municipais e a direção da CCDR.----------

--- Alegou ter ficado muito agradado ao saber que o PDM servia para corrigir muitas injustiças que tinham sido feitas dentro do território e julgava que se podia aproveitar para sinalizar toda a infraestrutura pública ou de utilidade pública que se encontrava espalhada pelo interior Algarvio. ----------

--- Questionou sobre os novos aglomerados populacionais, pois era uma matéria de extrema relevância para a fixação da população na Serra Algarvia. ----------

--- Tinha ficado satisfeito por saber que existiam quinze milhões de euros (15 milhões) para aplicar na área das comunicações, mas realçava a sua preocupação se os investimentos tivessem que ficar dependentes do projeto 5G, pois o interior Algarvio não possuía tão pouco o 2G. Defendeu que era uma matéria que devia ser vista com alguma urgência. ----------

--- Perguntou se as verbas que estavam no programa para a Água Sustentável, eram apenas para a rede de distribuição do município, ou se podiam ser usadas para atualização de alguns sistemas completamente arcaicos que ainda se encontravam em funcionamento nalguns aglomerados populacionais espalhados pelo interior e barrocal do concelho.----------

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** cumprimentou todos, em especial todos os seguiam a Sessão da Assembleia Municipal, quer presencialmente, quer através das redes sociais e ainda cumprimentou a mesa e a direção da CCDR. Mencionou que tinha várias questões sobre o tema da água. ----------

--- O Plano Hídrico Regional ia ser executado através do PRR, tinha-se ouvido falar em cerca de duzentos milhões de euros (200 milhões de euros), era com satisfação que via o PO Algarve 2030 com um valor global cerca de trezentos e sessenta e oito milhões de euros e com uma

rubrica *"2.5 Promoção e gestão sustentável da água"*. Neste sentido, questionou qual o valor que seria alocado e quais as áreas de gestão hídrica que poderiam ser afetadas aquela rúbrica.

--- Colocou à Presidência da CCDR questões muito objetivas. Se iam ser construídas barragens? Se iriam proceder à dessalinização? Tinha sido o plano hídrico regional que tinha definido aquelas questões, mas, gostaria de saber qual o peso e os propósitos que a CCDR tinha para o tema da água e de que de forma podia implementar algumas das suas ideias ou depois de ouvir a sensibilidade dos diversos municípios algarvios de que forma podia enriquecer todas aquelas intervenções no âmbito da água. ----------

--- Relativamente à dessalinização gostaria de saber se a CCDR tinha uma orientação definida sobre aquela matéria. Arguiu, que como a CCDR estava em comunicação com todos os municípios do Algarve, tinha algumas reflexões para os algarvios, nomeadamente para as novas urbanizações que estavam a ser edificadas no Algarve. Questionava porque não se poderia separar as águas castanhas, das águas cinzentas e nas próprias urbanizações, tanto a nível individual, como a nível de condomínio fizessem a gestão das águas cinzentas que podiam ser utilizadas para regar os espaços verdes, dessa forma haveria a reutilização das águas e baixava-se fortemente os efluentes que estavam a pressionar as Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).----------

--- Outra questão, tinha a ver com o aproveitamento das águas da chuva, considerava que fazer uma barragem tinha uma dimensão macro, mas poder-se-ia despoletar outras medidas, existiam outras atuações indo ao encontro da legislação em vigor. Aqueles eram os temas sobre os quais gostava de ouvir a opinião da CCDR. ----------

--- **A Presidente de Junta de Freguesia Santa Luzia, Carla Martins**, cumprimentou o Presidente da Assembleia e a Mesa, os Deputados Municipais, a Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores, os Presidentes de Junta de Freguesia o público presente e ao que assistia em casa, aos serviços de apoio e um cumprimento especial à direção da CCDR Algarve. ----------

--- Mencionou que como todos sabiam, já tinha sido dito em várias sessões de Assembleia Municipal, muitas vezes o assoreamento dos canais e da barra impossibilitavam ou condicionavam a saída dos pescadores para a faina, pelo que achava que seria importante trabalhar um pouco na prevenção e não atuar apenas depois do problema existir. ----------

--- Disse que seria interessante criar uma verba para a manutenção periódica, para o desassoreamento dos canais de navegação em Santa Luzia e Cabanas, assim como da Barra que dava acesso ao Mar.----------

--- Aproveitou para reforçar a questão das infraestruturas náuticas em Santa Luzia, existindo muitas embarcações de recreio com amarrações na Ria, considerava ser atrativo fazer-se também um porto para embarcações de recreio. Atualmente era utilizado o cais de pesca para

embarque e desembarque, naquele momento o outro cais existente em Santa Luzia era restrito às marítimo-turísticas. Aquelas infraestruturas eram importantes também para haver embarque e desembarque seguro para todos os utilizadores das embarcações. ----------

--- Por último disse que existia um caminho de aproximadamente cinco quilómetros (5 Km) chamado "Caminho Fundo" que estava em pleno Parque Natural, considerava pertinente a sua requalificação por isso apelava para que fosse possível fazê-lo, pois era muito utilizado como alternativa à via principal. ----------

--- **A Presidente de Câmara Municipal**, respondeu à questão da Deputada Municipal Sónia Tomás, sobre o gabinete de apoio ao empresário, disse que no tempo da pandemia havia um técnico afeto a esse apoio, que entretanto tinha saído, mas o município estava naquele momento num processo de recrutamento de dois técnicos licenciados na área de gestão um para a área financeira e outro para o empreendedorismo. ----------

--- **O Presidente da CCDR**, deixou um tributo de homenagem ao Dr. Carlos Sousa Reis que tinha falecido naquele dia, biólogo de formação, que era também um grande defensor das comunidades de Santa Luzia e Tavira e um profundo conhecedor da pesca do Polvo. Tinha sido Presidente do Instituto Nacional de Investigação das Pescas - INIP, entre 1987 e 1992, e do IPIMAR - Instituto Português de Investigação do Mar, entre 1992 e 1996, organismos que tinham precedido o IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, era um investigador prestigiado por isso deixava o tributo.----------

--- Disse que o papel da CCDR era negociar com a Comissão Europeia aquilo que podia ser financiado em termos dos Fundos Europeus.----------

--- Afirmou que a implementação ou a distribuição de verbas nos diversos objetivos dependia da dinâmica com os agentes económicos, com os municípios, com as diferentes entidades sociais e agentes culturais, aquilo que a nível Europeu se chamava Governança Multinível. O principal papel da CCDR naquele momento era definir o que é que com os Fundos Europeus alocados à Região do Algarve podia ser financiado. ----------

--- Disse que tinha a ambição de procurar criar mais condições para investimento em inovação, quer no lado das empresas, quer no lado científico, das Ciências e Investigação, pois não era possível haver mais competitividade no território se não existisse mais investimento em Ciências e Investigação, era absolutamente critico e essencial, não se podia ter zero virgula quarenta e nove por cento (0,49%) do PIB gerado na região em Ciências e Investigação, todas as recomendações Europeias apontavam para um investimento de três por cento (3%) nas Ciências e Investigação. A nível nacional a média passava para um vírgula sessenta e quatro por cento (1,64%). ----------

--- Deu o exemplo do que poderia ser entendido como inovação, quando uma pequena empresa agrícola fazia no lagar a partir do azeite um novo produto, ou quando melhorava a apresentação da embalagem, ou quando no sal se colocava mais um componente de apresentação, e se fazia um novo produto. O tecido produtivo da região era composto principalmente por micro e pequenas empresas. ----------

--- O segundo grande desafio eram as qualificações, não existia futuro sem aumentar as qualificações. As qualificações tinham de ser atrativas, qualificar para melhorar a situação salarial. Os Fundos Europeus serviam também para responder a alguns desafios deficitários que se vivia. ----------

--- Disse que a democracia tinha como ponto-chave o voto, as entidades respondiam perante os cidadãos que os tinham elegido, para isso tinha missão, atribuição, competências. ----------

--- Quando se falava que não havia Hospital Central do Algarve, porque não havia região, era de referir também que a supracitada competência não era dos municípios, era uma competência transversal e supra regional, ou seja, do governo e não havia resposta. ----------

--- Se a área da Saúde, fosse competência regional, provavelmente ter-se-ia o Hospital Central do Algarve em detrimento de menos quatro ou cinco escolas. Mas, efetivamente, a verba teria sido canalizada para o Hospital, pois não haveria nenhuma entidade regional eleita sem responder ao tema do Hospital Central do Algarve. ----------

--- Referiu que o tema do Hospital Central era como as portagens, eram competências transversais. ----------

--- Alegou que os trezentos milhões de euros (300 milhões) dos Fundos Europeus não podiam ser canalizados para o Hospital, porque não havia projeto funcional executado, não seria considerado elegível nos objetivos propostos. O que podia ser financiado na área da Saúde segundo a Regulamentação Europeia, eram cuidados de saúde primários, ou seja, Centros de Saúde, Extensões de Saúde dentro do objetivo cinco (5) e respostas estruturantes em que houvesse uma situação de grande desigualdade em relação à região, a questão do PET e da Oncologia era um exemplo naquela matéria.----------

--- A CCDR garantia a fonte de financiamento, a região tinha de implementar e garantir com o governo o restante financiamento. Aquele objetivo era financiando apenas em sessenta por cento (60%). ----------

--- A CCDR estava em articulação com o anterior Ministério da Economia e com o gabinete do governo que tratava da transição digital, cada Programa Operacional Regional elencava uma verba para financiar zonas não cobertas no âmbito do concurso da 5G, financiamento em média a sessenta por cento (60%). A verba disponibilizada alavancava um conjunto significativo de situações, relembrou que tinha sido garantida uma verba significativa, mas que

tinha de haver articulação com os diferentes operadores de telecomunicações e o concurso do 5G. ----------

--- Referiu que a Administração Pública em geral tinha de procurar melhorar a capacitação dos recursos humanos, e que era um dos objetivos do Quadro PO Algarve 2030, existia financiamento para formação de recursos humanos, nomeadamente para Autarquias esse trabalho deveria ser feito em rede, e organizar as iniciativas com Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) Associação dos Trabalhadores da Administração Local (ATAM), para uma capacitação na desmaterialização dos processos havendo um programa regular e estruturado.-

--- Referiu que em relação ao Plano de Eficiência Hídrica, a função da CCDR, era mais numa de acompanhar e ajudar como facilitadores ou reforçando soluções, a medida era coordenada em conjunto pelos vários stakeholders.----------

--- Alertou que tinha sido lançado um concurso específico para concorrência por parte dos municípios em relação às perdas de água e a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) também tinha um aviso para projetos da agricultura que tinha sido prorrogado até 21 de novembro, no valor de quatro milhões de euros (4 milhões).----------

--- Indicou que a criação de uma dessalinizadora, era um projeto piloto, só que a questão da seca tinha vindo a acelerar a necessidade de desenvolver o projeto e disse que sabia que muitos pessoas defendiam que já se devia ter avançado com o projeto. ----------

--- Disse que partilhava a preocupação com o Deputado Municipal Silvino Oliveira sobre o tema da água, era um tema absolutamente complexo e difícil e que ia continuar no futuro. ----

--- Afirmou que se devia criar condições para o reforço da biodiversidade do Barrocal e do interior, porque era preciso olhar para as charcas e para o reforço das linhas de água, fontes férreas e das fontes do interior, seguindo uma metodologia. Tinha sido efetuada uma prestação de serviços com duas entidades com competências naquela matéria uma ligada à Universidade de Évora, outra com uma estrutura mais de planeamento e tinha sido proposto uma iniciativa territorial integrada de nome Intervenção Territorial Integrada (ITI Água) envolvendo o interior do Algarve e os concelhos limítrofes do Baixo Alentejo, aquelas iniciativas integradas sobre um tema, tinham de ser conjuntas entre as Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) e, no caso especifico entre o Algarve e o Alentejo. ----------

--- Declarou que para o tema da dessalinização era necessário juntar vários programas como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Ambiental, os Planos Estratégicos da Política Agrícola Comum (PEPAC), tornando-se essencial articular posições e intervenções no interior. A dessalinizadora iria produzir oito milhões (8 milhões) de metros cúbicos de água, se a seca continuasse aquele nível, o que não dava para muito.----------

--- Sublinhou, que era preciso avançar, e que houvesse disponibilidade por parte dos Autarcas.

--- Avançou que a CCDR, nas questões levantadas sobre a náutica de recreio, apenas intervinha na articulação do PDM e no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Defendeu a necessidade de consenso na matéria. ----------

--- Relativamente às questões do PDM no que respeitava à habitação Arquiteto José Pacheco tinha reforçado, a iniciativa dos municípios em possuírem aglomerados rurais, algo que já vinha no Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano (PROTALI) e que alguns PDM's já tinham reforçado. ----------

--- No centro de Meios Aéreos de Cachopo, a CCDR não era uma entidade parceira, era uma entidade pagadora e responsável pela gestão dos Fundos Europeus e procederia ao pagamento do financiamento correspondente, depois de devidamente validados todos os procedimentos inerentes à empreitada. Relembrou que o projeto só tinha autorização de financiamento até junho de 2023. ----------

--- Na área da Saúde, reconheceu que a CCDR poderia estar a responder de uma forma mais eficaz na articulação entre as entidades, nomeadamente entre a ARS e os municípios sobre os Programas Funcionais. No PRR existiam um conjunto de intervenções na Área da Saúde de cinquenta e dois (52) milhões de euros para o Algarve e que tinham de ser executados, para não se perder os financiamentos, reforçou que o prazo para a execução do PRR era muto limitado. ----------

--- O PO Regional não tinha previsto na sua tipologia dragagens e disse que sabia qua na barra de Tavira era necessário fazer uma dragagem por ano. As dragagens a serem financiadas tinham de ser pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), para reforço do cordão dunar. ----------

--- Disse que em relação às escolas, o princípio é de autonomia em relação aos agrupamentos das escolas, no âmbito do PRR tinha sido lançado um concurso para doze (12) Centros Especializados Tecnológicos no Algarve, para melhorar o equipamento e resposta nas escolas, tendo em vista a transição digital e alguma diversificação. ----------

--- No caso do PRR iriam mobilizar verbas para as redes TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, e para os Apoios Públicos específicos, visando medidas conjugadas com vista à diminuição do insucesso escolar. ----------

--- O Vice-**Presidente da CCDR José Pacheco**, referiu que em relação à água, o PRR, ainda tinha mais uma vertente que era a utilização da água tratada, ou seja, as águas das ETAR, tinha sido feito um investimento pelas Águas do Algarve na estação elevatória existente em Vila Real de Santo António para a rega dos Golfes, cada metro cúbico de água tratada que ia para o Golf, era mais um metro cúbico de água que ficava nas barragens para consumo humano. ----------

--- Disse que a água tratada utilizada naquele momento ultrapassava os quatro por cento (4%) e era expectável que no final de 2023 se conseguisse atingir os doze por cento (12%), sendo um aumento considerável da reserva de água para consumo humano. ----------

--- Com o anterior Ministro do Ambiente estava a ser preparado um novo Regulamento Predial para Reutilização de Água, todavia acreditava que os municípios podiam através de regulamentos municipais próprios acautelar essa questão. ----------

--- Relativamente, às vias de circulação, o PDM era por excelência o Plano Estratégico do Município e era onde ficavam plasmadas as opções que o Município tinha. No que respeita à revisão do PDM, Tavira cumpriu o prazo anterior de 31 de março e acreditava que até ao final do ano ou no início do próximo ano deveriam entregar a proposta do novo PDM. Havia delimitação da Reserva Ecológica que era efetuada pela Câmara Municipal e depois havia um conjunto de propostas de exclusão onde provavelmente essas questões seriam colocadas. ------

--- A legislação existente fazia uma distinção muito básica entre solo urbano e solo rural, mas o fato de existir solo rural não era impeditivo que houvesse construção. Existia um processo de classificação e de qualificação do solo e era nesse ponto que se podia considerar aglomerados rurais, zonas agrícolas, florestais, de desenvolvimento, agroflorestal, uma série de qualificações de solo, inclusivamente turísticas e residenciais, só depois de se analisar as propostas e ver o que a legislação permitia para o eventual acolhimento. ----------

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou ao último ponto intervenção do público, existem três (3) inscrições, passou a palavra à munícipe Carolina Bettencourt com o assunto, falta de comunicações no Beliche.----------

--- **A Munícipe Carolina Bettencourt** cumprimentou todos, questionou relativamente às comunicações, disse que o assunto já tinha sido falado naquela sessão, o Presidente da CCDR tinha mencionado que para as zonas que não estavam cobertas por causa do programa 5G existiam quinze milhões de euros, mas gostava de saber se existia algum programa para colmatar as lacunas detetadas. Apresentou um caso específico, na zona do Beliche, Serra de Tavira, os sogros estavam sem cobertura de rede, uma semana sem rede telefónica, não existia rede móvel, só existia uma linha que era facultada pela Altice, que tinha alterado o fornecedor de rede de estações terrenas (VSAT) (*Very Small Aperture Terminal*) há cerca de um ano e o serviço não era fidedigno, a empresa reparava o serviço, e passado poucos minutos a linha podia já não funcionar, referiu que era uma situação impensável para os dias de hoje, não conseguiam fazer chamadas de emergência (112, bombeiros, GNR), moravam na Serra, onde também existiam imensas situações de assaltos. ----------

--- Questionou se era possível fazer alguma intervenção para melhorar a situação, ou se existia algum programa que pudesse redirecionar um Fundo Europeu para resolver a situação das telecomunicações na Serra de Tavira. ----------

--- **O Munícipe Michael Hagedorn**, cumprimentou todos, e leu a seguinte intervenção: ----------

"Boa noite a todas e todos, ----------

Já me conhecem desde a última reunião da Assembleia Municipal, o meu nome é Michael Hagedorn, vivo em Tavira e considero-me um cidadão responsável, que não só exige os seus direitos, mas que também, como disse Saramago, reivindica "o dever dos nossos deveres", esperando que "talvez assim o mundo possa começar a tornar-se um pouco melhor". É por isso que tomo parte ativa e construtiva no meu ambiente social e local, e é neste sentido que hoje faço a minha contribuição. ----------

No início do mês corrente, muitos cidadãos e amigos de Tavira foram surpreendidos por um anúncio que apareceu simultaneamente em vários sites de agências imobiliárias, com o seguinte teor: ----------

***Terreno rústico com uma área total de 245.000 m2, parcialmente ocupado por um parque de campismo e alguns edifícios de origem ilegal, para venda por 1.600.000 euros.*----------**

Nele consta ainda: ----------

Dado o atual quadro legal, não há possibilidade de construção. Contudo, tendo em conta os comentários anteriores, poderá haver a possibilidade de conceber uma proposta urbana com baixo impacto construtivo e excelentes normas ambientais. ----------

Esta proposta deve considerar possíveis contrapartidas para a comunidade, tais como a utilização das infraestruturas existentes" (Anúncio de Christie's).----------

Curiosamente, nem este nem outros anúncios idênticos se encontram ainda nos sites, com exceção do da agência Green Acres, embora com a referência "Esta propriedade já não está disponível nos nossos sites", não se sabendo o que isto significa; certo é que o anúncio não foi apagado. ----------

Interessante é a resposta da empresa imobiliária Portal da Frente/Christie's ao pedido de informações de um cidadão, a este respeito, nomeadamente: "Devido ao seu pedido de informações sobre a propriedade rural em Tavira, gostaria de saber como posso ajudá-lo e de que informações adicionais necessita. Posso dizer desde já que se trata de um terreno rural sobre o qual não é permitido construir nesta fase, uma vez que se trata de um investimento com a perspetiva de estas condições mudarem no futuro. Como pode imaginar, estas questões são sempre sensíveis, mas podem mudar e ***é com isto em mente que estamos a trabalhar com a Câmara Municipal****. "* ----------

Isto é o que se sabe sobre a situação atual. ----------

Depois de, dentro das minhas possibilidades, pesquisar e ler sobre o assunto, cheguei à conclusão que há uma longa ***história neste processo****, que provavelmente nem todos aqui conhecem, que parece ser a seguinte:* ----------

A luta pela conquista desta ilha para fins urbanísticos remonta a 1966, com a desafetação do domínio público marítimo e a integração no domínio privado do Estado de 27,5 hectares do areal. O então presidente da Câmara, Jorge Correia, reservou três hectares para o município e colocou os 24,5 hectares de terreno à venda em hasta pública. ----------

Em 1970, o empresário Afonso Vala comprou em leilão 24,5 hectares da ilha de Tavira por 1.475 contos para construir uma aldeia turística com 902 camas, o que implicava o abandono do parque de campismo municipal. ----------

2 Ao longo dos anos, os conceitos foram sendo adaptados à evolução da situação jurídica e à sensibilidade do mercado. A última versão do projeto chamava-se "Empreendimento de turismo da natureza - eco- resort". ----------

O Instituto para a Conservação da Natureza (ICN) concordou com a ideia na altura, e o anteprojeto foi apresentado à Câmara Municipal de Tavira, cujo presidente na altura, Macário Correia, era contra o projeto. ----------

Desde então, houve várias disputas legais entre o proprietário, que exigiu indemnizações, a empresa de desenvolvimento do projeto ILTA, e a Câmara Municipal.----------

O Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa decidiu a favor do município, em Maio de 2002.

O recurso dos recorrentes a esta decisão foi finalmente rejeitado pelo Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 21.04.2005 (Processo 01671/02). ----------

Isto foi o que consegui descobrir e peço que me corrijam, caso haja algo incorreto ou se faltarem factos importantes.----------

*Com o reaparecimento dos anúncios sobre a ilha nas páginas de agências imobiliárias e a resposta dada por uma agência de que "****está a trabalhar com a Câmara Municipal****" sobre o assunto, o meu grande receio, e o de muitos cidadãos e amigos de Tavira, é que esta seja mais uma tentativa de negociar com a atual Câmara de Tavira um projeto de construção turística nos terrenos acima mencionados.* ----------

Nesse sentido, coloco as seguintes perguntas, com um pedido de esclarecimento e resposta:

1. Qual é a entidade competente para decidir relativamente ao terreno da ilha de Tavira que está a ser posto à venda? Caso seja, de facto, propriedade privada, pode o proprietário vendê-la sem ter de solicitar a aprovação da CMT ou de outras autoridades competentes?----------

2. A CMT já foi abordada por potenciais compradores/investidores para explorar o local para um empreendimento turístico?----------

3. A CMT tem ideias atuais ou futuras para permitir um investimento turístico no local em questão, e para isso adaptar planos relevantes, tais como o PDM ou solicitar uma adaptação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) ----------

4. Qual é a posição de princípio da CMT e dos partidos/deputados aqui presentes quanto à proteção da Ilha de Tavira como joia única a preservar e a sua proteção contra a comercialização e destruição do seu sensível ecossistema?----------

5. Neste sentido e visando acabar com a especulação privada em torno desta área, qual a posição da CMT e da CCDR, quanto a uma possível reaquisição do referido terreno com o objetivo de o devolver ao domínio público, procurando recursos financeiros públicos (por exemplo do PRR ou de outras fontes)?----------

Agradecia respostas cabais a estas questões, nas quais não apenas eu, mas muitos cidadãos e amigos preocupados com a preservação da incomparável Ilha de Tavira. Caso seja necessário mais tempo para respostas mais detalhadas, agradeço que sejam feitas por escrito e atempadamente.----------

Espero que as minhas perguntas e as respostas ajudem a evitar rumores e especulações e sejam assim um contributo para a construção da confiança numa governação local transparente e participativa. ----------

Muito obrigado".----------

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, alertou o público que as intervenções não deviam ultrapassar os três minutos.----------

--- **O Munícipe Hugo da Conceição**, apelou a todos os que estavam a assistir à Assembleia Municipal para fazerem uma participação cívica, que não o fizessem só em conversas de café, e sugeriu que as sessões fossem um pouco mais cedo, para poder haver mais participação dos cidadãos. ----------

--- Questionou o Município sobre as medidas que estavam planeadas para ultrapassar as crises que se avizinhavam, nomeadamente crises hidrográfica, financeira e energética. ----------

--- Deu a sugestão da criação de um espaço de apoio ao munícipe no processo de transição e de poupança energética, na utilização dos recursos e finanças pessoais, sendo um conhecimento de base que poucas pessoas tinham. ----------

--- Questionou as ações realizadas, ou as que estavam previstas realizar no sentido de devolver o Serviço de atendimento de Urgência 24 horas em Tavira, mais até do que um Hospital Central, focava-se na necessidade local. ----------

--- Conhecia a estratégia local de habitação, sabia que estavam vinte e oito milhões de euros adstritos a Tavira (28 milhões) e cento e um milhões de euros (101 milhões) a Vila Real de Santo António, sendo um município com uma dimensão inferior a Tavira, questionava se os

valores alocados chegavam para resolver os problemas do município, e em que ponto estava a implementação da estratégia local de habitação. ----------

--- **O Presidente da CCDR**, respondeu à munícipe Carolina Bettencourt que não era capaz de responder à questão colocada, pedindo o contato direto, para responder posteriormente à pergunta formulada. ----------

--- Afirmou que a Ilha de Tavira estava numa zona de REN, pelo que não seria possível fazer essas construções na Ilha de Tavira, mas, disse que não tinha conhecimento de projetos naquela matéria. Referiu que existia legislação da natureza do domínio público e do domínio privado, desconhecendo os termos da decisão referenciada e que a única intervenção da CCDR naquele assunto era sobre a REN. ----------

--- Referiu que os contributos para acelerar a transição climática, em termos de transporte, era a eletrificação das linhas de comboios entre Faro e Vila Real de Santo António em curso, disse ainda que, acreditava que fosse um motivo para o melhoramento das carruagens tornando-se mais competitiva face ao automóvel e que levava mais cidadãos a utilizarem este meio de transporte. ----------

--- O Programa Regional tinha introduzido tipologias, para que as empresas pudessem acelerar essa transição climática. ----------

--- Em relação à estratégia local de habitação, referiu que a CCDR apenas seria de interlocutor junto do IHRU, na dinamização dos acordos com os municípios. O objetivo era ter dezasseis (16) estratégias locais de habitação aprovadas e implementadas. ----------

--- **A Presidente da Camara Municipal**, respondeu que em relação às comunicações não conhecia nenhum programa, apenas conhecia uma empresa que queria implementar uma rede de comunicações privada, mas que depois podia vender aos outros operadores. Numa abordagem inicial, numa primeira reunião, tinha havido previsão de investimento para a zona de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Conceição de Tavira, Cachopo, mas não se recordava de haver para o Beliche, o objetivo da empresa seria, depois do investimento efetuado vender a rede aos outros operadores. Da parte do município a empresa precisava de um terreno que fosse arrendado para colocar o equipamento. ----------

--- No que concerne à Ilha de Tavira, alegou que o resumo estava bem feito, afirmou que tinha havido a desafetação do domínio público marítimo de 1966, havendo uma Hasta Publica em 1971, passando a ser privado. Mencionou que tinha dúvidas nas áreas, a desafetação tinha sido de duzentos e setenta e cinco mil metros quadrados (275000 m2), mas a venda tinha sido apenas duzentos e quarenta e cinco mil metros quadrados (245000 m2), sobravam trinta mil metros quadrados (30000 m2) disse que acreditava que fosse a área do parque de campismo e

das casas existentes. Os anexos, a escritura e a desafetação, dizem claramente que há áreas que passam para Câmara Municipal. ----------

--- Disse que estavam a fazer um levantamento topográfico atualizado, acreditava que o aviso era enganador.----------

--- Informou que as Águas do Algarve também tinham feito uma expropriação pelas condutas de água, ou seja, o valor global já não seriam os duzentos e quarenta e cinco mil metros quadrados, mas (245000 m2) seriam menos.----------

--- Declarou que não tinha sido procurada por investidores, sabia que tinha havido um processo no tempo do Presidente da Câmara Municipal Macário Correia que tinha sido contra e na altura do Presidente da Câmara Municipal Jorge Botelho tinha havido um pedido de Informação Prévia que também tinha sido contra. Afirmou que também ela era contra e que não sabia de qualquer projeto para a Ilha de Tavira, era uma área de grande sensibilidade em Tavira.----------

--- A questão da reversão, estava a ser estudada, as compensações, porque iria ter um custo para o erário público, mas eram privados que não tinham de pedir autorização para vender, mas para construir tinham de pedir autorização ao Município e a várias outras entidades. -------

--- Em relação à crise hidrográfica existia uma candidatura para colocação de telemetria para os espaços verdes, com financiamento da APA, esperava reduzir a água utilizada nos espaços verdes e estava-se a estudar como aproveitar os dez por cento (10%) da água da piscina que todos os dias tinha de ser substituída, por força da legislação, julgava que podia ser aproveitada para limpeza de ruas, carros dos caixotes do lixo. ----------

--- Na questão energética, as piscinas já tinham painéis solares, e estava-se a estudar a possibilidade de candidaturas para equipamentos de outras estruturas Municipais.----------

--- Na questão económica, estava em análise, devolver algum dinheiro às famílias por via dos impostos que a câmara cobrava.----------

--- Sobre atendimento permanente em Tavira, queria dizer que já tinha feito algumas reivindicações sobre o assunto, mas reconhecia que o Centro de Saúde de Tavira naquele momento não tinha condições. O PRR previa mais ou menos uma quantia de três milhões de euros (3 milhões) numa ampliação e dois milhões de euros (2 milhões) para apetrechamento que serviria para dotar o Centro de Saúde de Tavira, não só de meios técnicos como de espaço.

--- Tinha sido efetuada uma candidatura para uma pequena reestruturação no Centro de Saúde da Conceição de Tavira, e aguardava-se o envio do Plano Funcional para a elaboração do projeto de ampliação do Centro de Saúde de Tavira.----------

--- A estratégia local de habitação, tinha sido aprovada em 2021, antes da Guerra, e dos preços da construção terem disparado, previa-se cento e cinquenta (150) casas de habitação social, o

que poderia não ser suficiente, mas a estratégia também contemplava privados, com a construção a preços e rendas acessíveis e a custos controlados.----------

--- Nos terrenos do município existiam cerca de cinquenta (50) habitações em elaboração, e existia uma proposta de um loteamento em falência que permitiria mais 80 fogos de habitação, mas ainda não existia resposta do tribunal e da massa insolvente. ----------

--- Disse que pensava que no próximo ano já conseguiam lançar a empreitada.----------

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu em nome de toda a Assembleia Municipal a presença da direção da CCDR e convidou os munícipes a participarem mais na Assembleia Municipal, casa da democracia. ----------

--- Agradeceu ainda aos serviços de apoio e aos técnicos da Câmara Municipal que tinham colaborado para que a transmissão da Assembleia Municipal fosse realizada. ----------

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e sete minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada.----------

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte três e horas e dezoito minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,

(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)

(Muriel Cristina Dias Neto)

CCDR ALGARVE

Doc. n.º 1

Tavira | 17.10.2022

***Missão e atribuições**, art.º 2.º*

1 - As CCDR têm por missão assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação.

2 - As CCDR têm ainda por missão executar a política de incentivos do Estado à comunicação social, ao nível das respetivas áreas geográficas de atuação, nos termos da lei.

3 - As CCDR prosseguem, no âmbito das circunscrições territoriais respetivas, as seguintes atribuições:

a) Contribuir para a definição da política de desenvolvimento regional no quadro da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais, desenvolver estudos de articulação de políticas setoriais no espaço regional e elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais;

b) Assegurar a articulação entre instituições da administração direta do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas e dinamizar a cooperação inter-regional transfronteiriça, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o reforço da sua competitividade, com base em estratégias de desenvolvimento sustentável de níveis regional e local;

in Lei n.º 37/2020, de 17/08

Missão e atribuições, *art.º 2.º (cont.)*

c) Promover e garantir uma adequada articulação intersetorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional, em termos de concertação estratégica e de planeamento das intervenções de natureza ambiental, económica e social, numa ótica de desenvolvimento regional;

d) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações;

e) Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente e de ordenamento do território;

f) Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, assegurando a sua articulação com os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional;

g) Assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão que lhes sejam confiadas no âmbito da política de coesão da União Europeia em Portugal;

h) Dinamizar e promover, na respetiva região, as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a sua competitividade económica e social e para a sustentabilidade.

i) Executar as medidas respeitantes à aplicação dos regimes de incentivos do Estado à comunicação social, bem como assegurar a fiscalização do respetivo cumprimento, nos termos da lei.

in Lei n.º 37/2020, de 17/08

Programa do XXIII Governo Constitucional

Democratizar a governação territorial

O Governo irá:

- *Criar as condições necessárias para a concretização do processo de regionalização, mediante a realização de um referendo em 2024;*

- *Harmonizar as circunscrições territoriais da Administração desconcentrada do Estado e proceder à integração nas CCDR dos serviços desconcentrados de natureza territorial, designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, ordenamento do território, conservação da natureza e florestas, formação profissional e turismo, bem como dos órgãos de gestão dos programas operacionais regionais e demais fundos de natureza territorial, sem prejuízo da descentralização de algumas destas competências para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas;*

in Programa do XXIII Governo Constitucional

Lei n.º 4/2004, de 15/01

Princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado

Partilha de atividades comuns, art.º 8.º

1 - Deve ser promovida a partilha de atividades comuns entre os serviços integrantes de um mesmo ministério ou de vários ministérios para otimização dos recursos.

2 - A partilha de atividades comuns não prejudica as competências próprias ou delegadas dos respetivos dirigentes máximos, podendo o seu funcionamento ser enquadrado por protocolos que estabelecem as regras necessárias à clara atuação de cada uma das partes.

3 - Este modelo de funcionamento abrange especialmente atividades de natureza administrativa e logística, designadamente:

a) Negociação e aquisições de bens e serviços;

b) Sistemas de informação e comunicação;

c) Gestão de edifícios;

d) Serviços de segurança e de limpeza;

e) Gestão da frota automóvel;

f) Processamento de vencimentos e contabilidade.

4 - Num mesmo ministério podem ser propostos outros modelos de funcionamento que consubstanciem os princípios de partilha de serviços. (...)

in Lei n.º 37/2020, de 17/08

Lei n.º 31/2014, de 30/05
Bases gerais de política pública de solos, do ordenamento do território e do urbanismo.

Direito ao ordenamento do território, art.º 5.º

Todos têm o direito a um ordenamento do território racional, proporcional e equilibrado, de modo a que a prossecução do interesse público em matéria de solos, ordenamento do território e urbanismo, se faça no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos.

Classificação e qualificação do solo, art.º 10.º

1 — A classificação do solo determina o destino básico do solo, com respeito pela sua natureza, e assenta na distinção entre solo rústico e solo urbano.
2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende -se por: a) «Solo rústico», aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano; b) «Solo urbano», o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação.
3 — A classificação e reclassificação do solo como urbano traduzem uma opção de planeamento, nos termos e condições previstos na lei.
4 — A qualificação do solo define, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento por referência às potencialidades de desenvolvimento do território.

in Lei n.º 31/2014, de 30/05

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/05
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Foi aprovada uma alteração ao artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) através do Decreto-Lei n.º 45/2022, de 8 de julho, o qual determina a prorrogação dos prazos previstos para incluir, nos planos municipais ou intermunicipais, as regras de classificação e qualificação do solo previstas no referido regime jurídico.

O diploma prorroga não só o prazo final para conclusão do procedimento, até 31 de dezembro de 2023, como também o prazo para a realização da primeira reunião da comissão consultiva ou para a conferência procedimental, consoante o caso, até 31 de outubro de 2022.

Ordenamento do território

Fonte: CCDR Algarve

MUNICÍPIO	INTEGRAÇÃO DAS NOVAS REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO EM 31-12-2022 Situação em 14-06-2022	REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA OU CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL Prazo intermédio 31-03-2022	AVISO DE INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE DINÂMICA	GERAÇÃO DO PDM EM VIGOR	OBSERVAÇÕES À INTEGRAÇÃO NOS PDM
Albufeira	Não	Não	Aviso n.º 298/2022 de 06/01 (reabertura do Procedimento)	1ª	
Alcoutim	Não	Sim	Aviso n.º 3597/2021 - Diário da República n.º 40/2021, Série II de 2021-02-26-Revisão do PDM	1ª	Data da 1ª reunião da Comissão Consultiva - 12.09.2022
Aljezur	Não	Não	Aviso (extrato) n.º 4539/2022 de 03/03	1ª	
Castro Marim	Não	Não	Edital n.º 960/2021, de 24.08	1ª	
Faro	Não	Sim	Aviso n.º 7311/2016 - Diário da República n.º 110/2016, Série II de 2016-06-08-prazo para revisão do PDM Aviso n.º 6613/2019 - Diário da República n.º 71/2019, Série II de 2019-04-10-Prorrogação prazo; Aviso n.º 7692_2022 de 13 de Abril _ Declaração de não caducidade da Revisão do PDM Faro	1ª	Tem as duas reuniões da CC realizadas Em fase de concertação
Lagoa	Sim	Sim - concluído e publicado	não se aplica	2ª	Concluído e publicado Aviso n.º 16179/2021 de 26 de agosto
Lagos	Não	Sim	Aviso n.º 14862/2019-Alteração do PDM; Aviso n.º 14261/2021, de 28/07	2ª	Data da Conferência Procedimental da alteração do PDM - 29.03.2022.Encontra-se em fase de concertação
Loulé	Não	Não	Aviso n.º 4911/2018 - Diário da República n.º 72/2018, Série II de 2018-04-12-Revisão do PDM Aviso n.º 11407/2020 - Diário da República n.º 152/2020, Série II de 2020-08-06-Prorrogação do prazo	1ª	
Monchique	Não	Não	Edital n.º 902/2013 - Diário da República n.º 177/2013, Série II de 2013-09-13-revisão do PDM	1ª	
Olhão	Não	Não	Aviso n.º 11386/2014, Diário da República n.º 197, Série II, de 2014-10-13 – Revisão do PDM; Aviso n.º 1035/2022 de 17/01 (novo procedimento)	1ª	
Portimão	Não	Não	Aviso n.º 10334/2016 - Diário da República n.º 159/2016, Série II de 2016-08-19-reabertura do procedimento revisão Aviso n.º 5334/2018 - Diário da República n.º 77/2018, Série II de 2018-04-19-Prorrogação do prazo Aviso n.º 3110/2020-reabertura do processo; Aviso n.º 16187/2021, de 26.08	1ª	
São Brás de Alportel	Não	Não	Aviso n.º 6767/2017 - Diário da República n.º 115/2017, Série II de 2017-06-16-reabertura procedimento de revisão Aviso n.º 6100/2020 - Diário da República n.º 72/2020, Série II de 2020-04-13-Prorrogação do prazo	1ª	
Silves	Sim	Sim - concluído e publicado	não se aplica	2ª	Concluído e publicado Aviso n.º 33/2021 de 4 de janeiro
Tavira	Não	Sim	Aviso n.º 2629/2016 - Diário da República n.º 41/2016, Série II de 2016-02-29-prazo para revisão do PDM Aviso n.º 3107/2019 - Diário da República n.º 40/2019, Série II de 2019-02-26-Prorrogação do prazo; Aviso n.º 3966/2022 de 23/02 (reabertura do procedimento)	1ª	Data da 1ª reunião da Comissão Consultiva - 31.03.2022
Vila do Bispo	Não	Não	Aviso n.º 7297/2019 - Diário da República n.º 80/2019, Série II de 2019-04-24-Revisão do PDM; Edital n.º 995/2021, de 02.09	1ª	
Vila Real de Sto António	Não	Não	Edital n.º 714/2020-Revisão do PDM	1ª	

Evolução do número de Estudos de Impacte Ambiental analisados pela CCDR Algarve:

AIA's	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (14 de outubro)
CCDR Algarve	4	11	13	11	9	16
APA		1	7	4	6	2
Total	**4**	**12**	**20**	**15**	**15**	**18**

A CCDR Algarve é autoridade de AIA nos projetos e ações a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do RJAIA.

CCDR Algarve (Edifício Sede)

Palacete Doglioni (Ordenamento e Ambiente)

COESÃO TERRITORIAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Despacho n.º 7582/2021

Sumário: Aprovação do Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Por meu despacho de 16 de junho de 2021, aprovado o Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, no quadro das boas práticas de transparência na Administração Pública. Mais foi solicitado que o referido Código de Ética e Conduta fosse disponibilizado no sítio internet institucional, comunicado a todas e todos os colaboradores, publicado no *Diário da República* e informado o Gabinete do Ministério da Coesão Territorial e Inspeção Geral de Finanças.

2 de julho de 2021. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, *José Apolinário Nunes Portada*.

ANEXO

Código de Ética e Conduta

1 — Razão

O Código de Ética e Conduta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) reflete os valores da Administração Pública eficiente, transparente e inovadora, consciente dos desafios de sustentabilidade, capaz de prestar serviços públicos adequados às necessidades reais dos cidadãos e das entidades com quem os serviços se relacionam e de acompanhar a evolução das exigências da vida em sociedade. No quadro de normas de conduta a prosseguir, os dirigentes e seus trabalhadores, na sua relação profissional e nas relações internas, devem balizar a sua atuação com oportunidade, relevância e qualidade do seu serviço através de exigentes comportamentos éticos e deontológicos conhecidos por todos e constituindo uma referência reconhecida pelo publico.

1.1 — Objetivos

O presente código de ética e de conduta tem por objetivos:

Orientar os trabalhadores sobre o comportamento expectável em matéria de integridade no exercício das suas funções profissionais, designadamente nas relações entre trabalhadores e com os clientes da CCDR Algarve, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras de natureza ética e deontológica.

Contribuir para a afirmação da imagem institucional de organização ao serviço do interesse público baseado no rigor, eficiência e competência e de integridade da CCDR Algarve e dos seus trabalhadores.

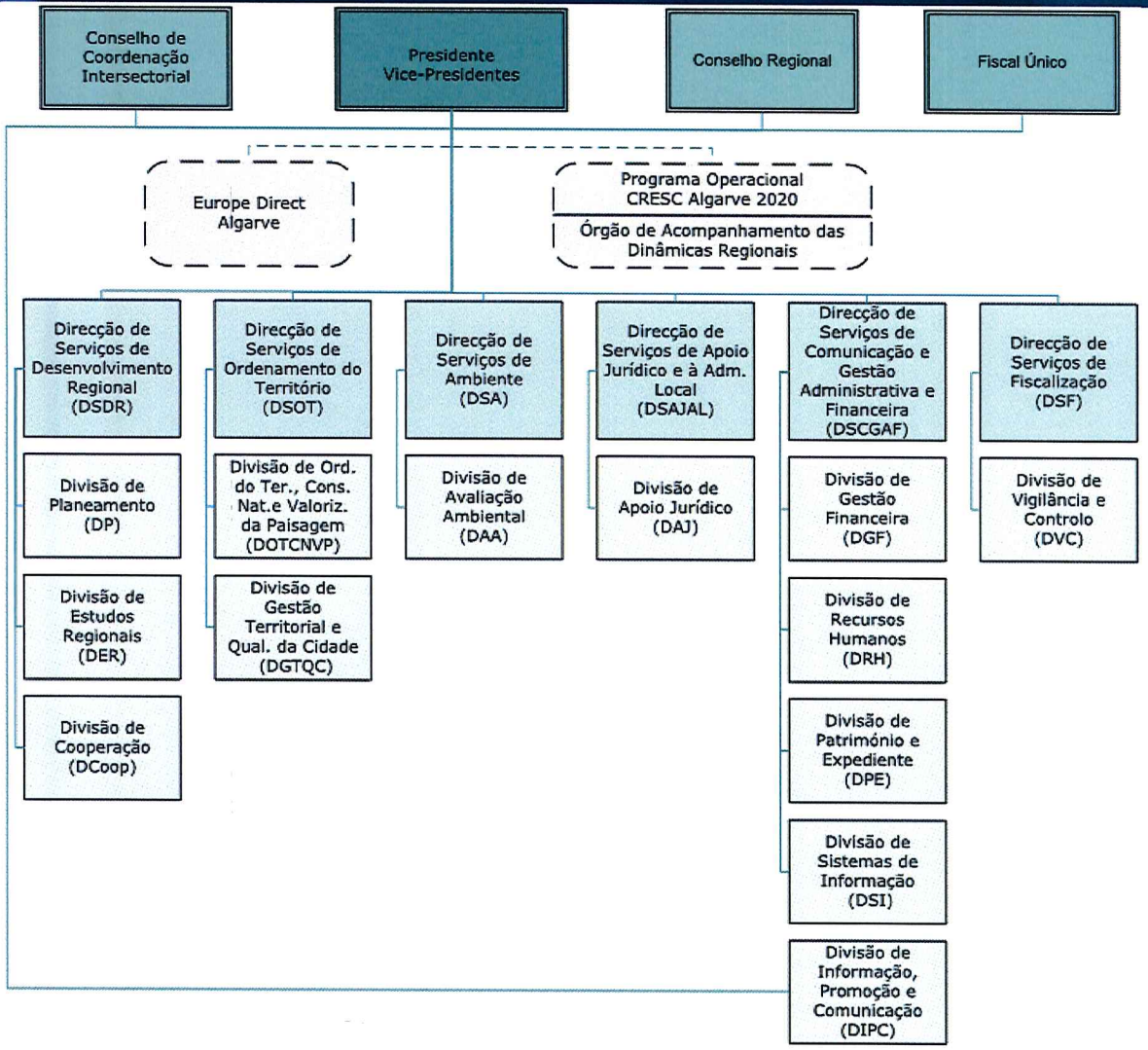
1.2 — Âmbito de Aplicação

O Código de Ética e Conduta aplica-se aos trabalhadores da CCDR Algarve, independentemente do seu vínculo contratual, função ou posição hierárquica.

São considerados trabalhadores da CCDR Algarve, para efeitos da aplicação do presente código de ética e conduta, todos os que integram o seu mapa de pessoal e nela prestam efetivo serviço, bem como os que se encontram em mobilidade interna, peritos, consultores, estagiários, prestadores de serviços, na medida em que contribuem, uns e outros, para a prossecução da sua missão.

Os trabalhadores do Programa Operacional Regional do Algarve (POR), no âmbito do exercício das suas funções na Autoridade de Gestão, estão sujeitos também ao Código de Ética e Conduta do POR.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Estrutura Orgânica



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Colaboradores

Número de colaboradores:

Unidade Orgânica	Feminino	Masculino	TOTAL
Presidência	1	2	3
Apoio Presidência	2	0	2
Direção de Serviços de Ambiente	7	3	10
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	11	5	16
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira	11	8	19
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	9	3	12
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	7	4	11
Direção de Serviços de Fiscalização	0	1	1
Órgão das Dinâmicas Regionais	2	2	4
Programa Operacional	23	5	28
Divisão de Sistemas de Informação	1	2	3
Divisão de informação, Promoção e Comunicação	1	2	3
TOTAL	**75**	**37**	**112**

Unidade Orgânica	N.º Licenciados
Presidência	3
DSA	4
DSA - DAA	2
DSOT	3
DSOT - DGTQC	4
DSOT - DOTCNVP	6
DSCGAF	1
DSCGAF - DRH	1
DSCGAF - DPE	1
DSCGAF - DGF	4
DSCGAF - DSI	3
DSDR	3
DSDR - DC	3
DSDR - DER	1
DSDR - DP	2
DSAJAL	3
DSAJAL - EMAJ	5
DSF - DVC	1
OADR	4
PO	4
PO - Transversal	3
PO - Controlo	3
PO - FSE	3
PO - Incentivos	4
PO - Públicos	5
DIPC	2 12
Total	**78**

No que concerne à formação ministrada nos últimos 2 anos, realçam-se, no âmbito do Plano de Formação da CCDR Algarve, as ações nas seguintes áreas:

- Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
- Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública
- Desmaterialização de Procedimentos Administrativos e Gestão Documental

O programa de formação teve como destinatários os colaboradores da CCDR bem como das Autarquias Locais, Serviços desconcentrados da Administração Pública e Forças de Segurança.

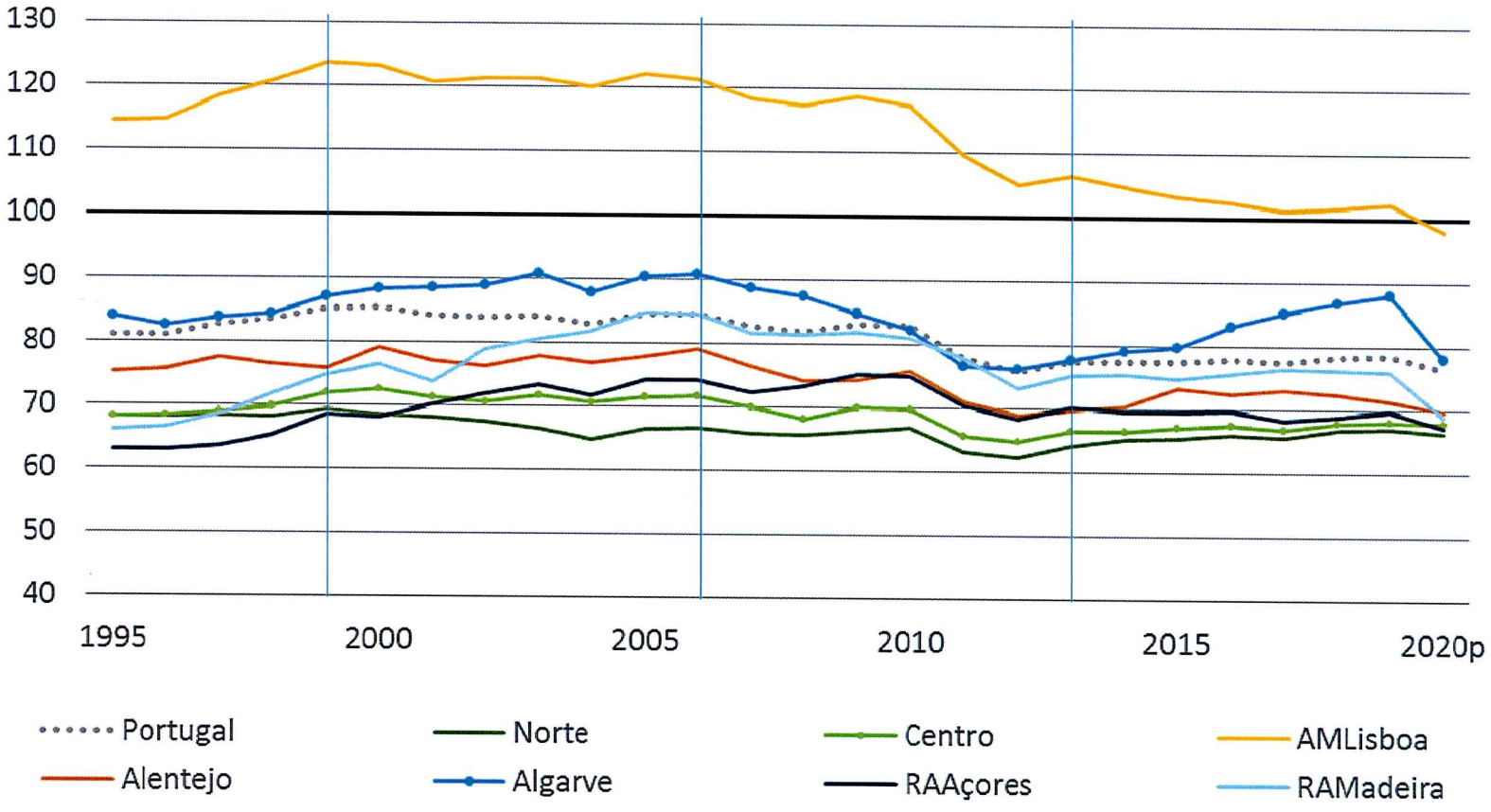
Ação de Formação	Datas	N.º Participações Internas	N.º Participações Externas
Principio e Garantias de imparcialidade (3 horas)	Fevereiro 2021	52	68
Conferências Procedimentais (3 horas)	Fevereiro 2021	50	85
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (21horas)	Março/ Maio 2021	25	10
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (21 horas)	Junho/ Outubro 2021	28	12
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (21horas)	Setembro/ Novembro 2021	36	12
Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública (21 horas)	Novembro 2021	26	0
Direito dos Contratos Públicos: as alterações ao CCP e Medidas Especiais de Contratação Pública (21 horas)	Março 2022	17	15
Código do Procedimento Administrativo: o CPA de 2015 e a revisão de 2020 (21horas)	Maio 2022	21	23
Ética e Gestão Pública	Setembro 2022	26	6
	TOTAL	281	231

CCDR ALGARVE

Algarve em Números

PIB *per capita* em PPC (UE27=100)

Fonte: INE



Algarve. PIB *per capita* em PPC (UE27=100)

Fonte: INE

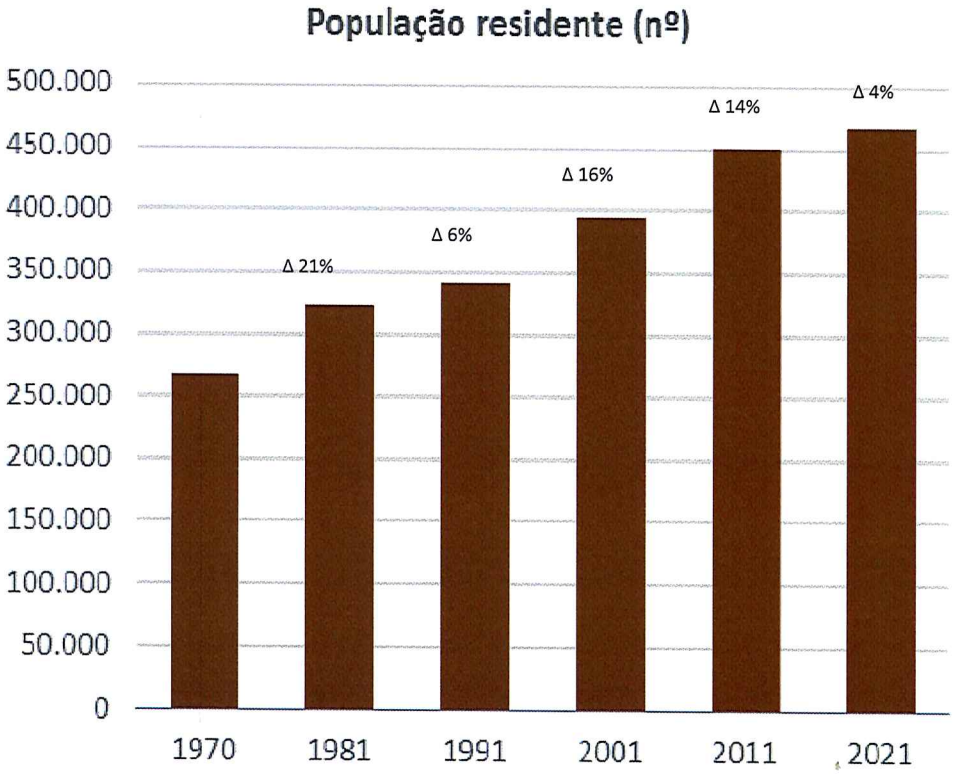
CCDR Algarve

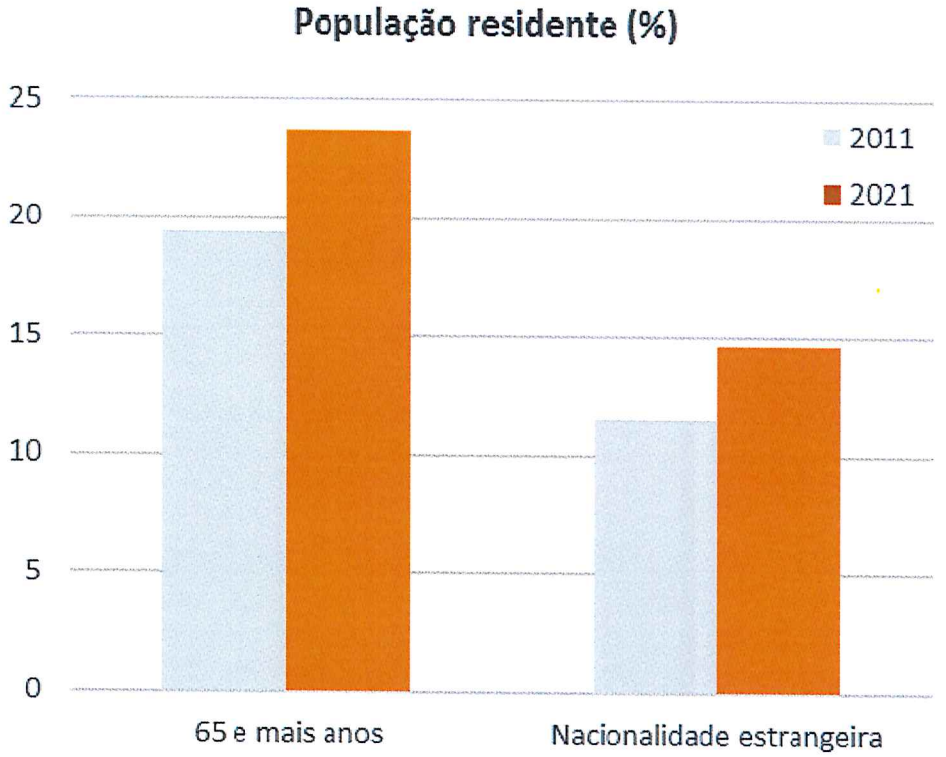
QCA II		QCA III		QREN		PT2020		
1994*	1999	2000	2006	2007	2013	2014	2019	2020
84	87	88	**91**	89	**78**	79	88	**78**
	+3		+3		-11			-1 | -10

** valor de 1995*

População residente

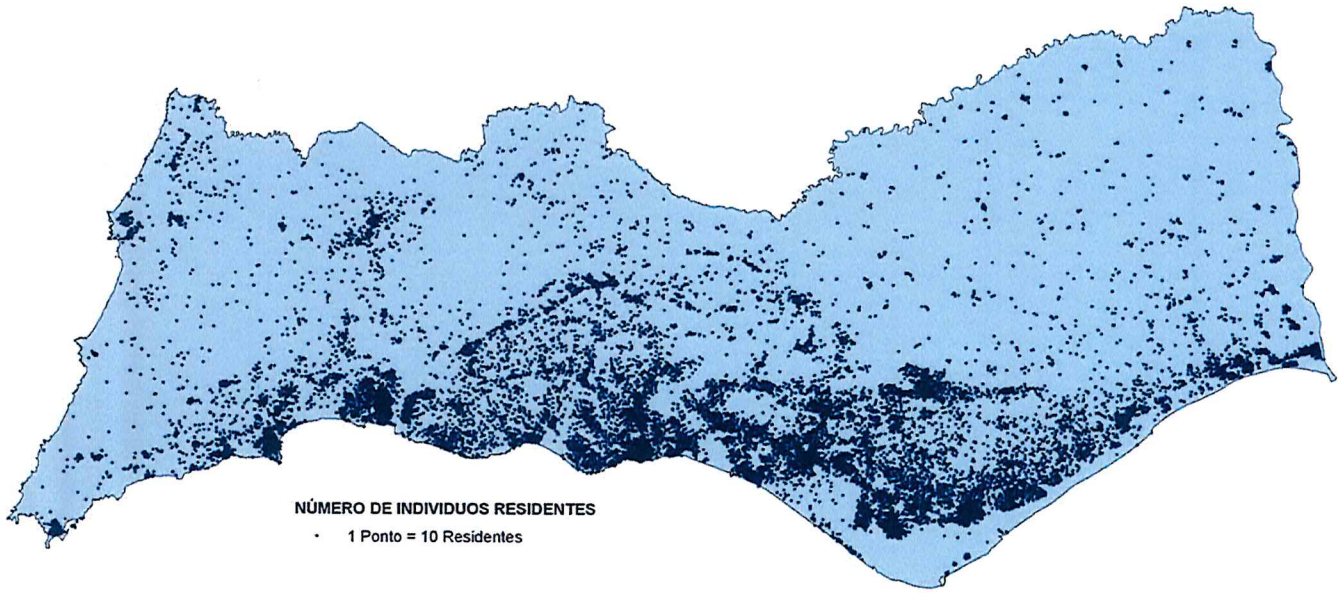
Fonte: INE

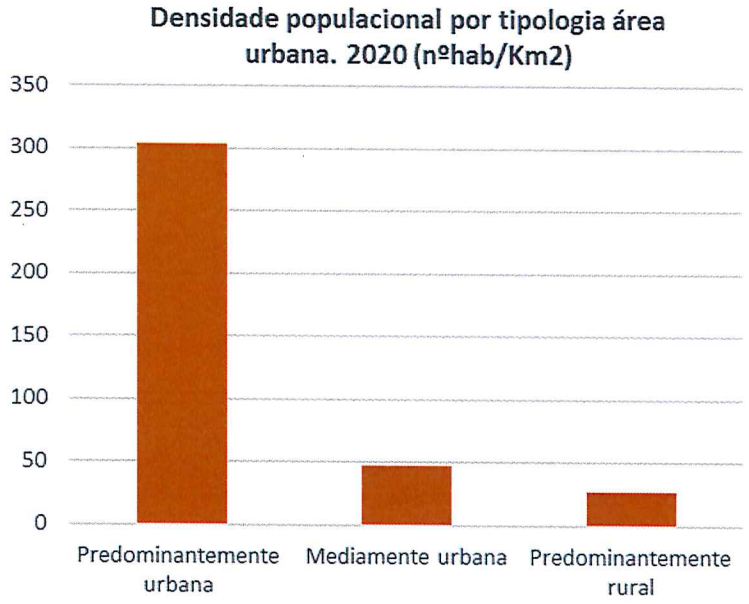




Densidade populacional

Fonte: INE

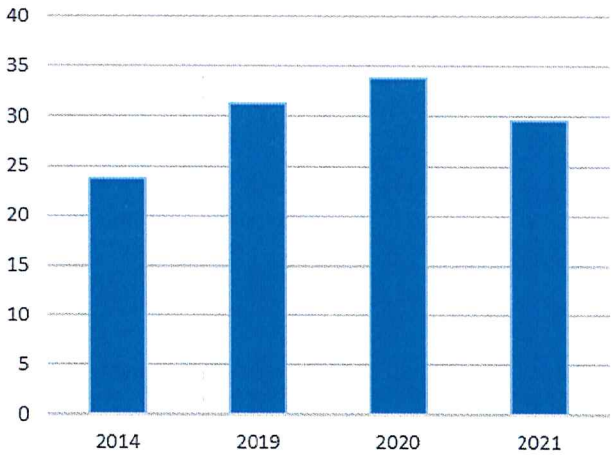




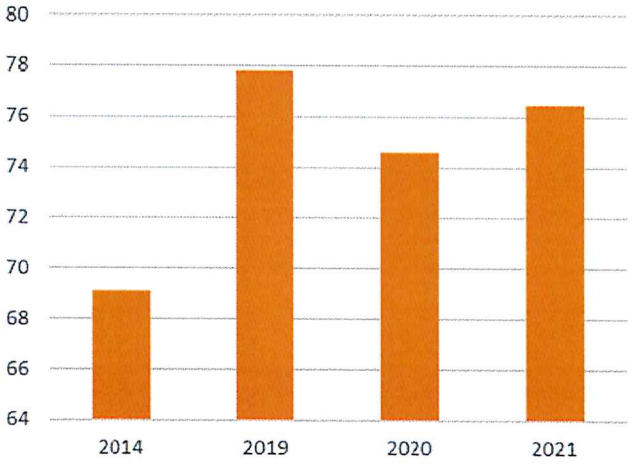
Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Fonte: INE

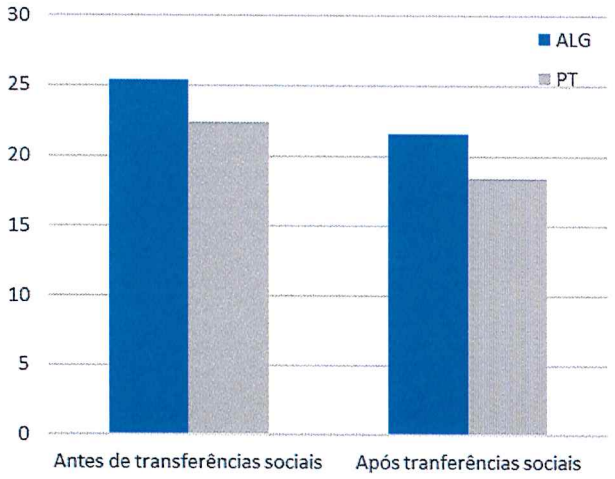
População 30-34 anos com ensino superior (%)



Taxa de emprego 20 - 64 anos (%)



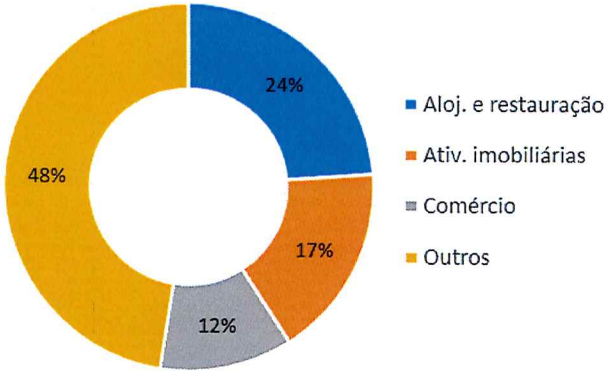
Taxa de risco de pobreza 2021p (%)



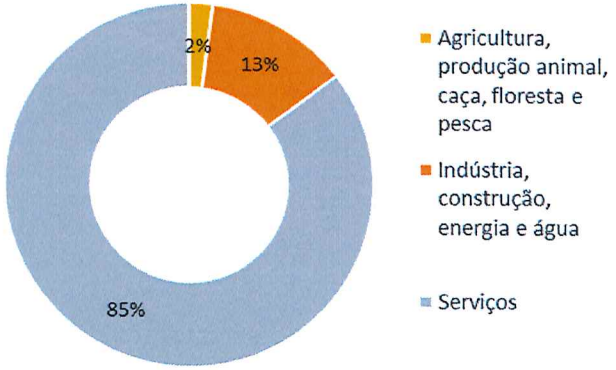
Perfil produtivo

Fonte: INE

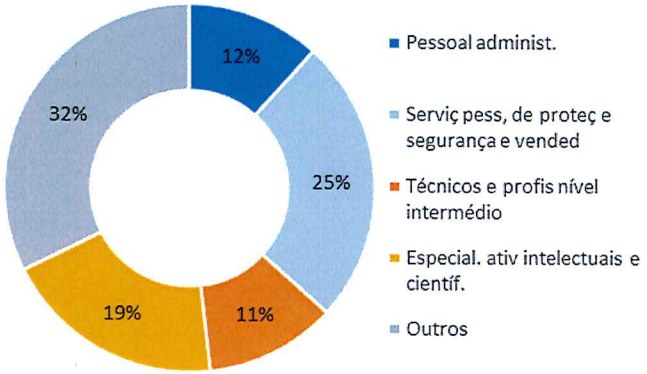
VAB 2019



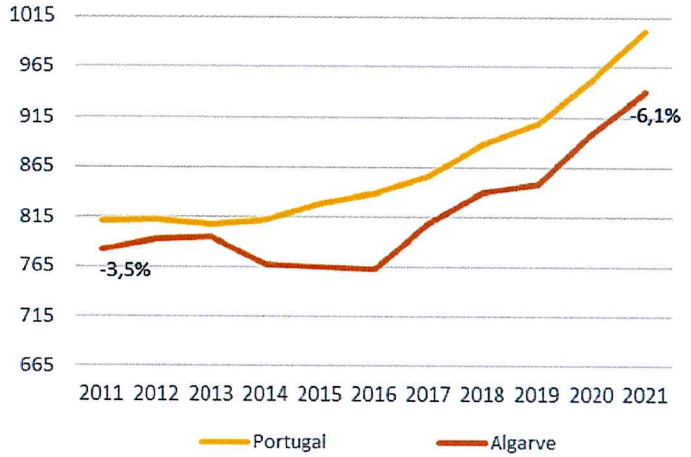
População empregada por setor. 2021



População empregada, por profissão. 2021



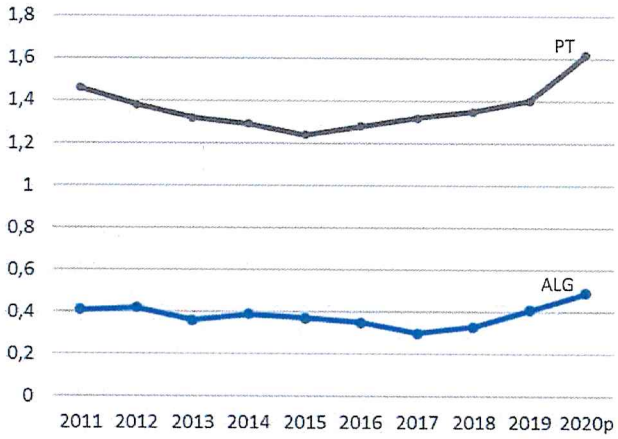
Rendimento méd.mensal líq. pop empregada por conta de outrem (euros)



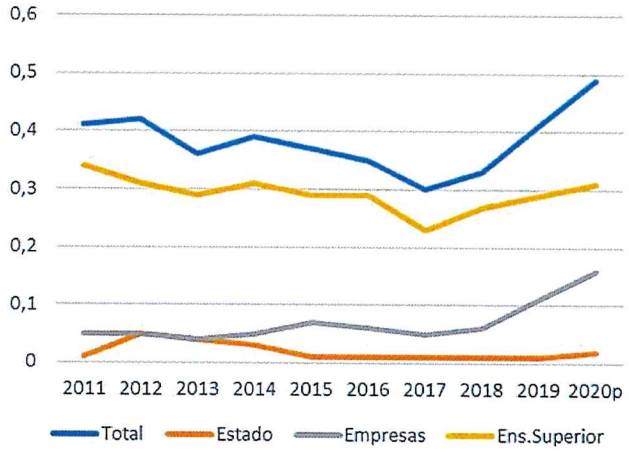
Investimento em I&D

Fonte: DGEEC | INE

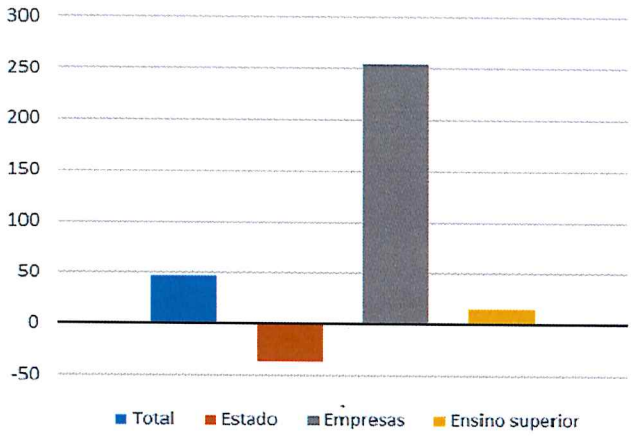
Despesa em I&D em percentagem do PIB (%)



Despesa em I&D em percentagem do PIB (%)



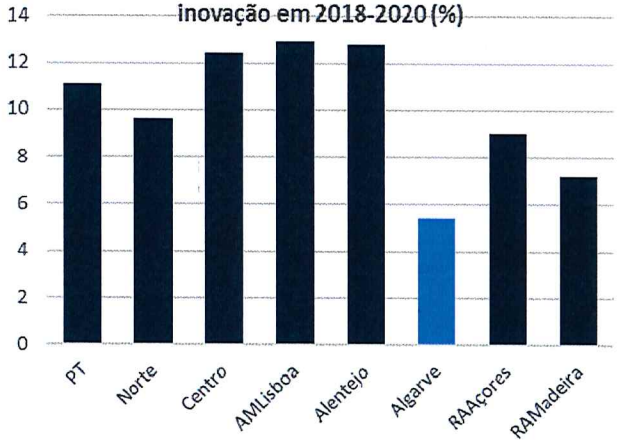
Despesa em I&D a preços correntes. Tx variação 2020-2014 (%)



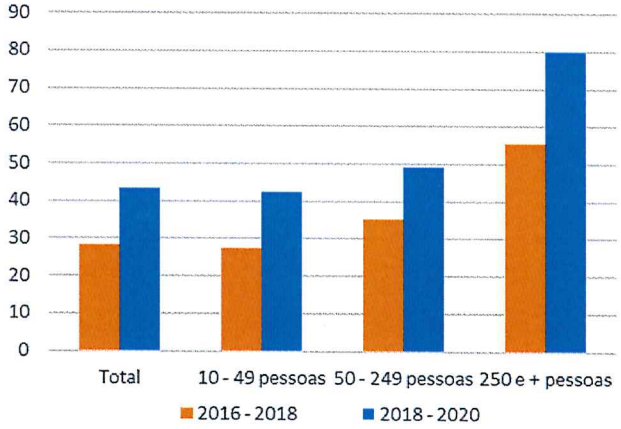
Inovação empresarial

Fonte: Inquérito comunitário à inovação, DGEEC

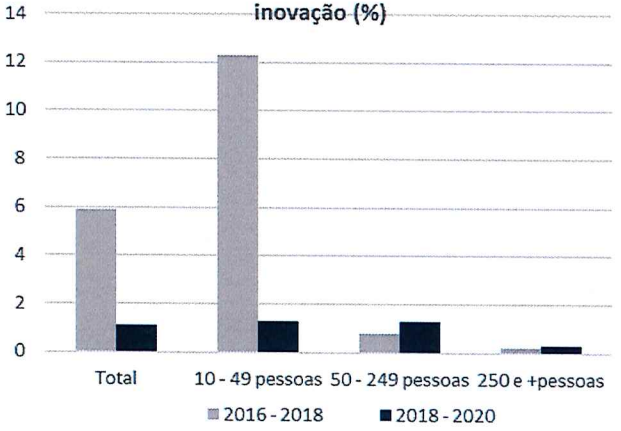
Empresas com ativ. de inovação com 10 e + pessoas ao serviço com cooperaç para a inovação em 2018-2020 (%)



Empresas com 10 e + pessoas ao serviço com atividades de inovação (%)

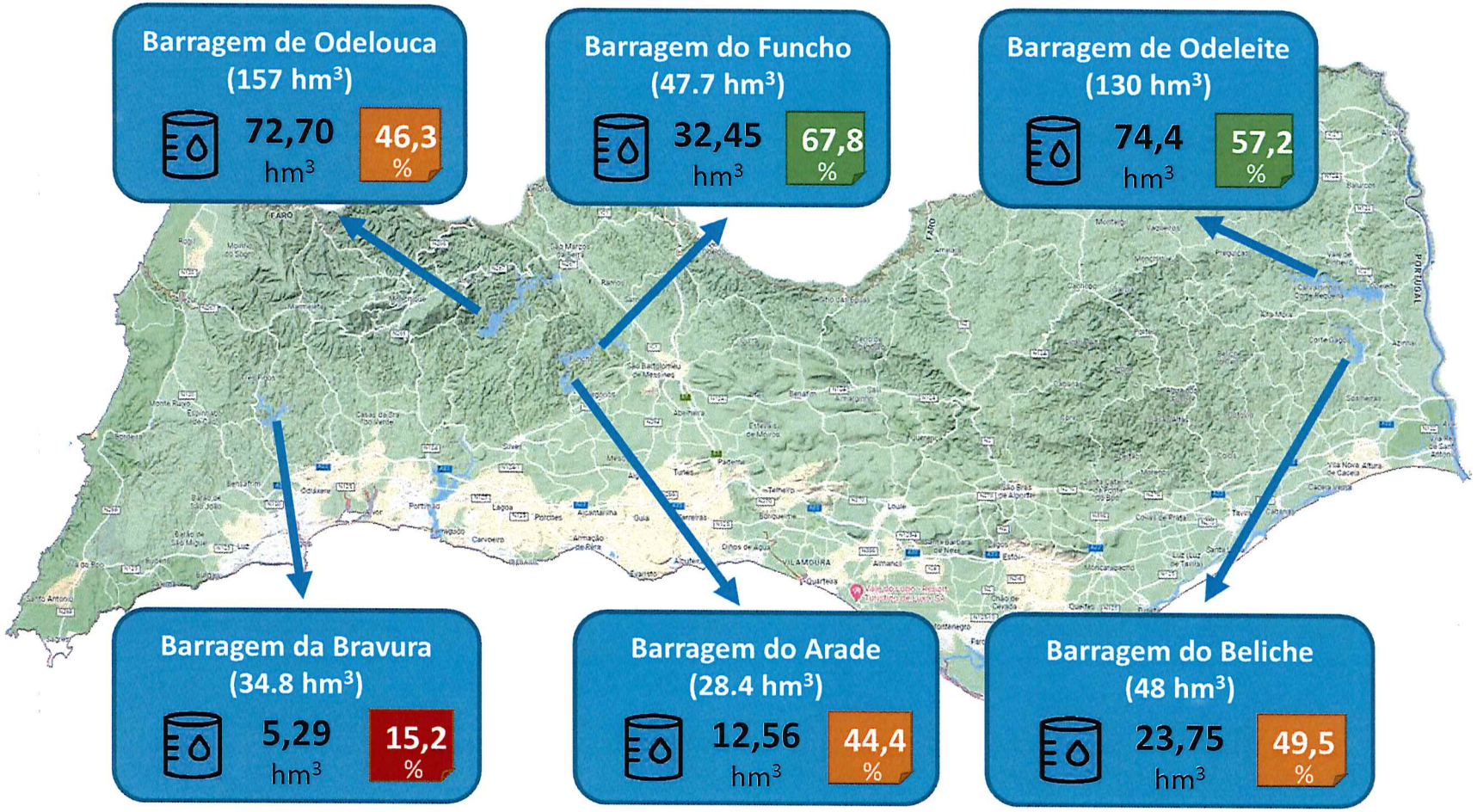


Intensidade de inovação das empresas com 10 e + pessoas ao serviço com atividades de inovação (%)



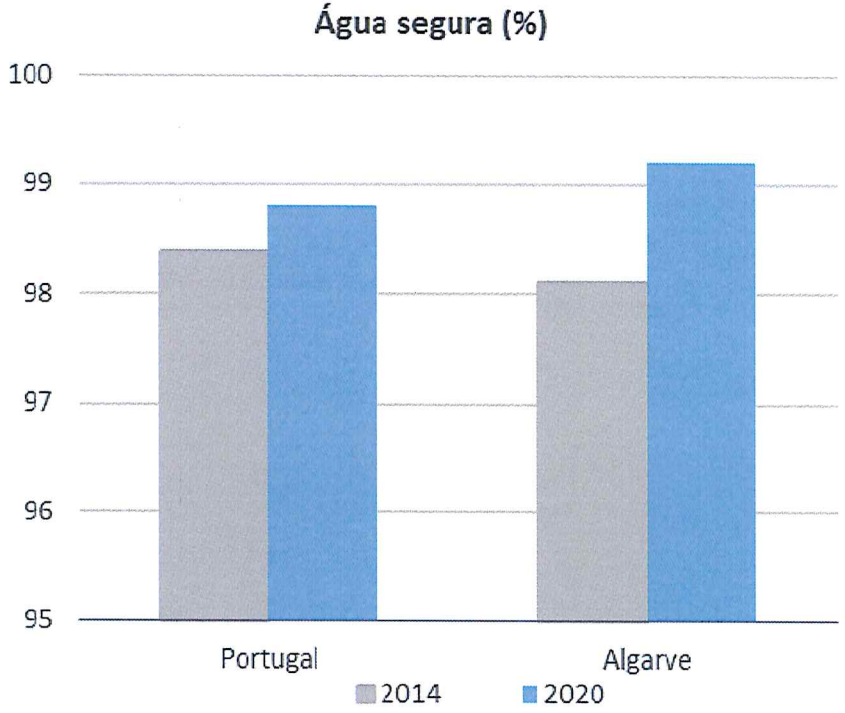
Disponibilidade hídrica superficial (9 maio 2022)

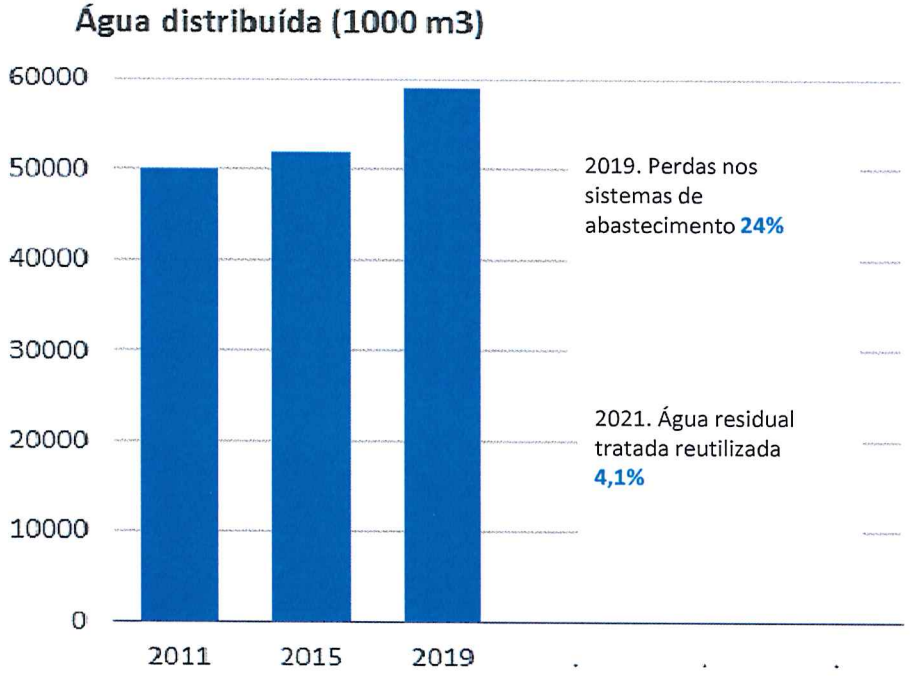
Fonte: APA-ARH Algarve



Ambiente e economia circular

Fonte: APA / INE

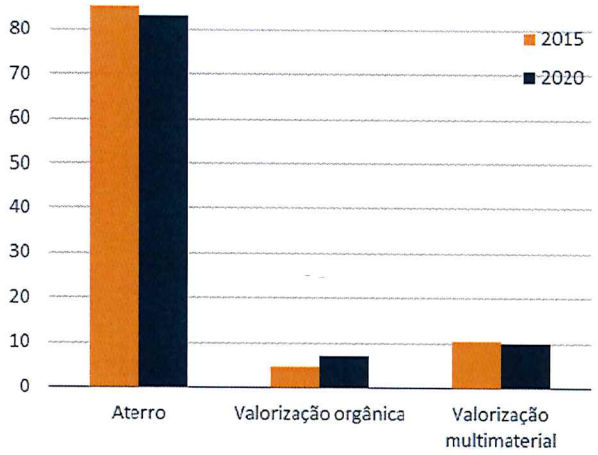




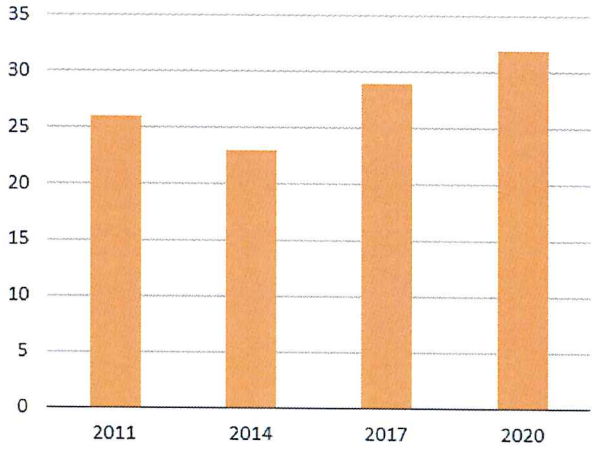
Ambiente e economia circular

Fonte: APA / INE

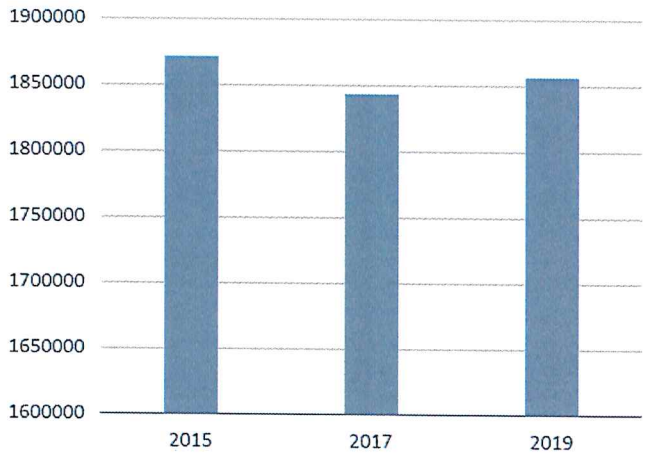
Resíduos urbanos geridos, por destino (%)



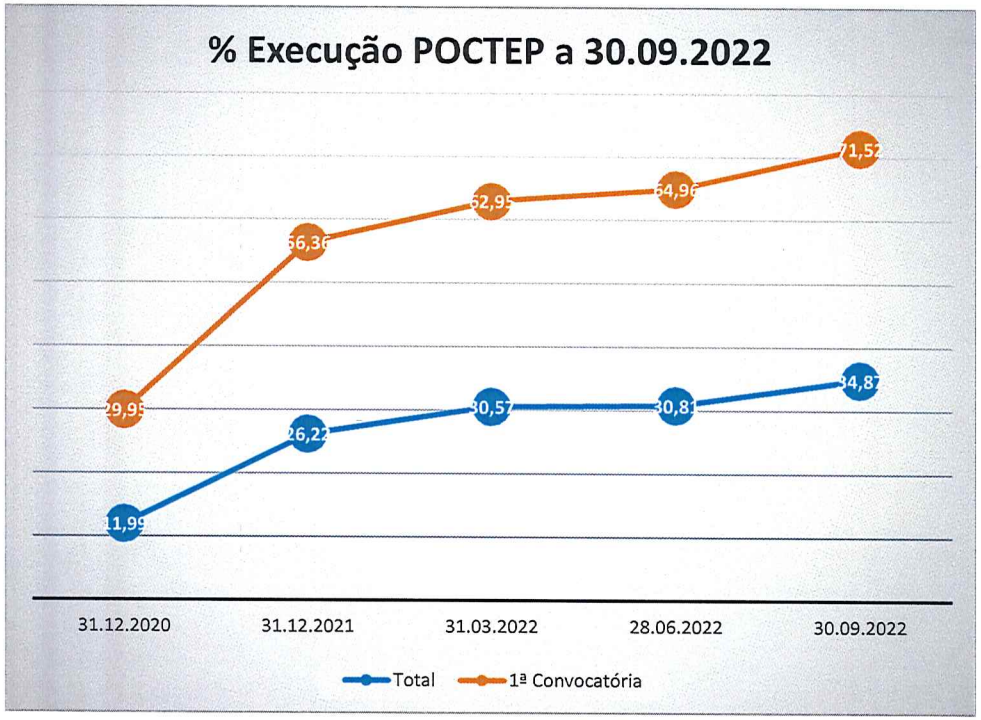
Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)

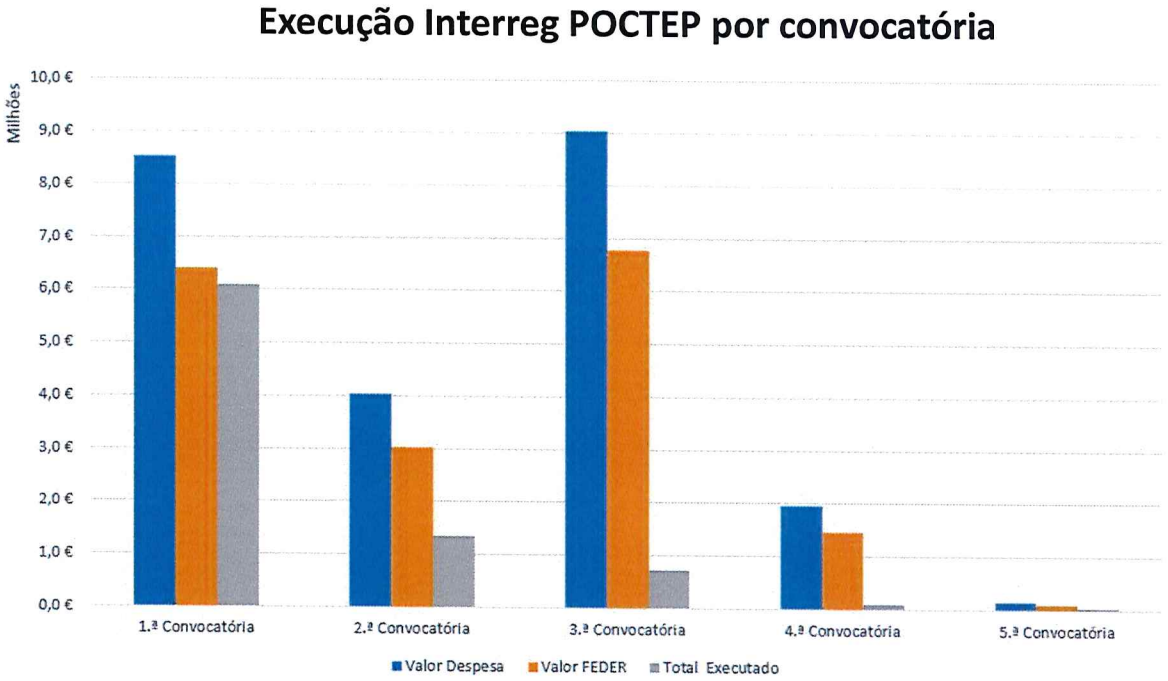


Emissão de GEE (t CO2 eq)

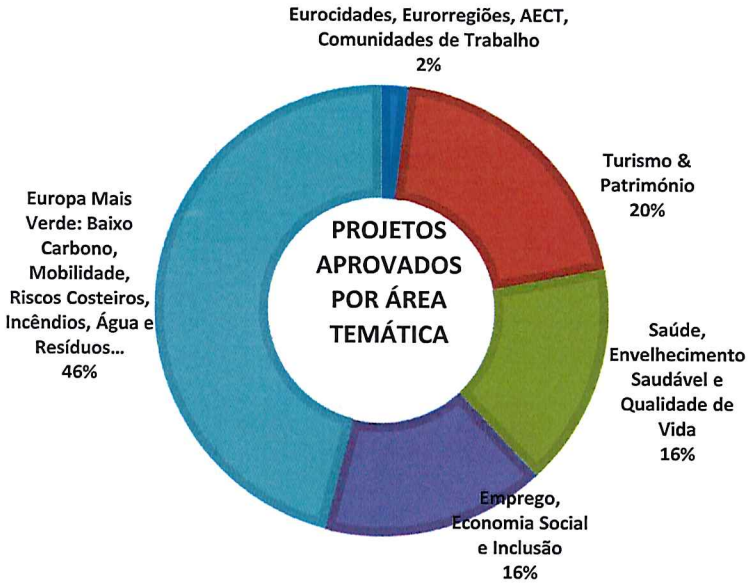


Interreg POCTEP - Execução

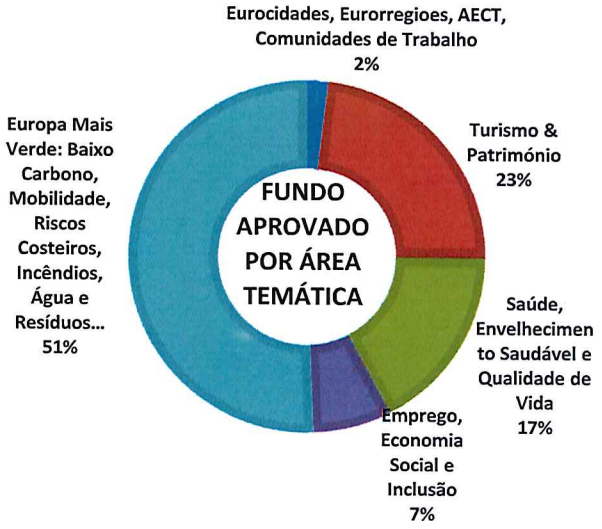




POCTEP ESTRATEGIA COMUM DE DESENVOLVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO



	Despesa Total	FEDER
Eixo 1 – Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação	8 833 336,76 €	6 625 002,62 €
Eixo 2 – Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade	3 836 679,53 €	2 877 509,66 €
Eixo 3 – Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais	8 885 662,77 €	6 664 247,09 €
Eixo 4 – Melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça	1 700 639,64 €	1 275 479,73 €
TOTAL	23 256 318,71 €	17 442 239,10 €



PO CRESC ALGARVE 2020 | Compromisso e Execução

CCDR Algarve

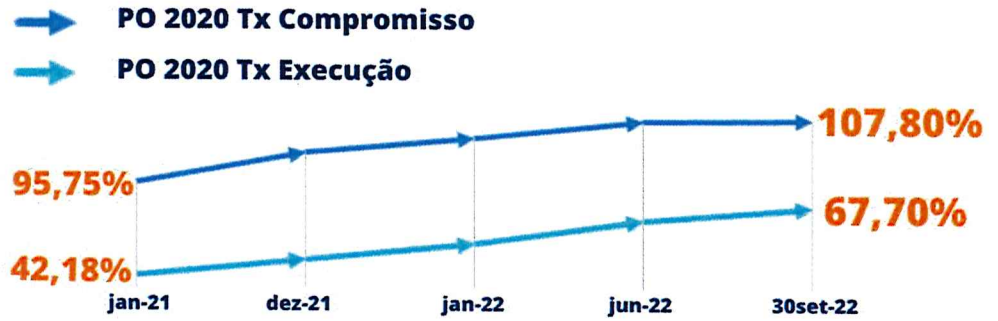
30/09/22

1563	606M€	344M€	222M€	108%	68%
Projetos aprovados	Custo Total elegível	Fundo Aprovado	Fundo pago	Taxa de compromisso	Taxa de execução

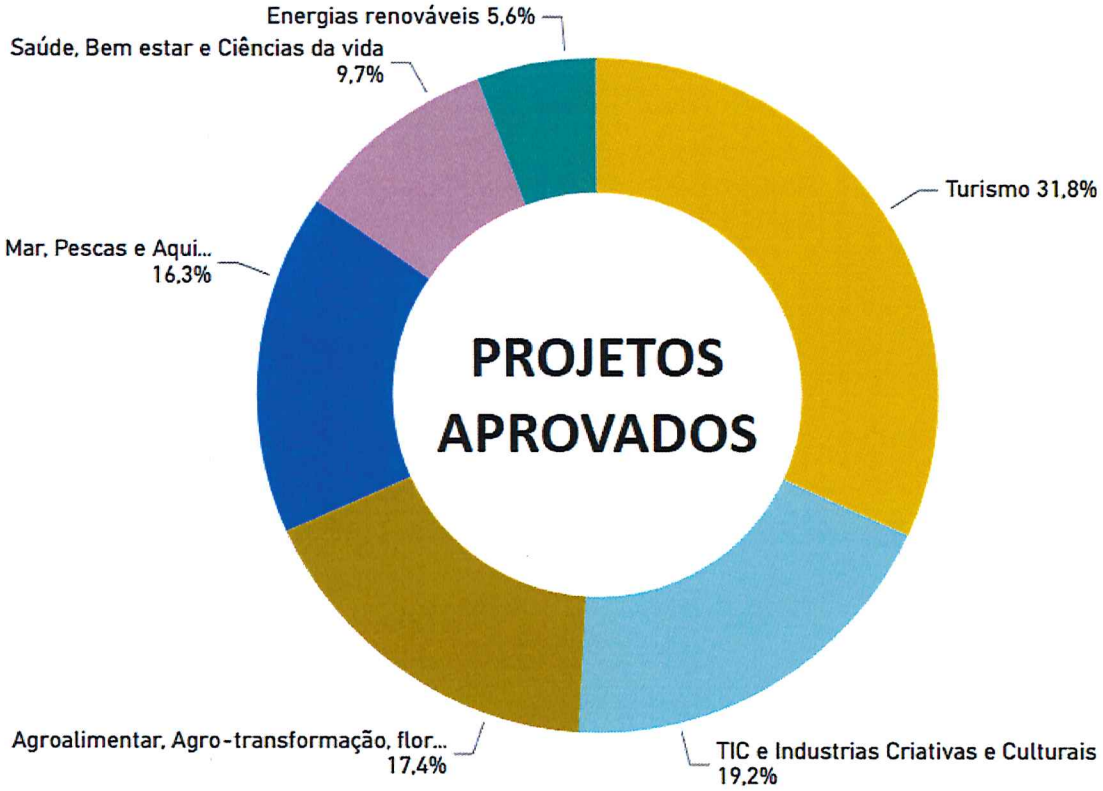
FUNDOS EUROPEUS
CRESC ALGARVE 2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE:
EXECUTAMOS 1/3 NOS ÚLTIMOS 24 MESES.

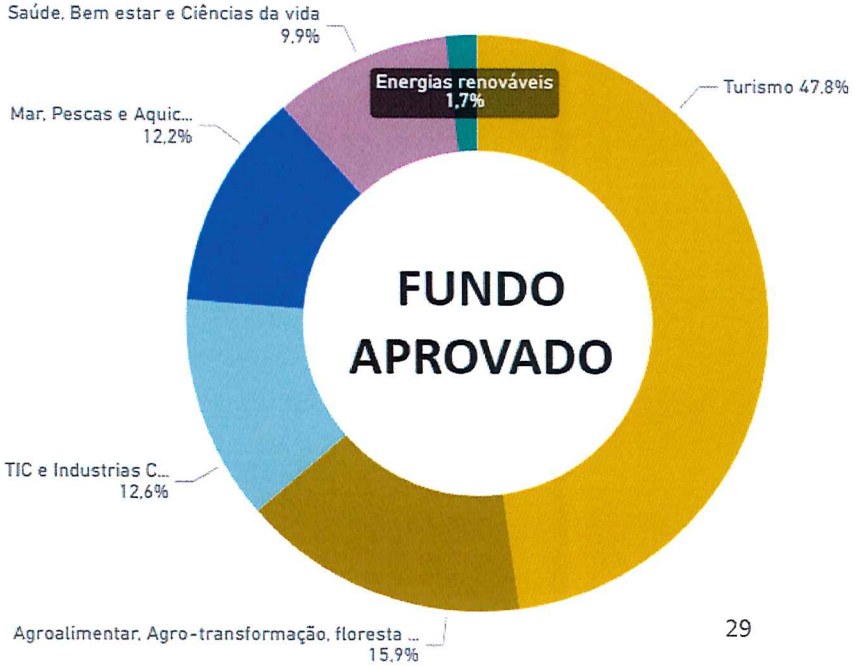
EM CONJUNTO, ATÉ 30 DE SETEMBRO 2023:
GARANTIR A EXECUÇÃO DO TERÇO FINAL DO PROGRAMA.



PO CRESC ALGARVE 2020 | RIS3 Algarve



Domínios RIS3 Algarve	Nº Operações	Aprov Elegivel	Incentivo Aprov
Turismo	181	99,8 M€	50,8 M€
TIC e Industrias Criativas e Culturais	109	26,0 M€	13,3 M€
Agroalimentar, Agro-transformação, floresta e Biotecnologia Verde	99	34,1 M€	16,9 M€
Mar, Pescas e Aquicultura	93	21,2 M€	13,0 M€
Saúde, Bem estar e Ciências da vida	55	20,4 M€	10,5 M€
Energias renováveis	32	3,2 M€	1,8 M€
Total	**417**	**204,7 M€**	**106,3 M€**



CCDR Algarve

Sustentabilidade

Pessoas

- Atenuação de dinâmicas demográficas desiguais
- Reforço das qualificações alinhadas com EREI e desafios societais
- Emprego sustentável e digno
- Inclusão e inovação social
- Coesão, igualdade e inovação na provisão de SIG

Empresas

- Consolidação do sistema regional de inovação
- I&DT focado nos recursos endógenos
- Fomento de processos digitais, descarbonizados e circulares
- Diversificação inteligente da economia e descoberta empreendedora
- Valorização e requalificação sustentável do turismo

Território

- Resiliência a riscos e impactos das alterações climáticas
- Descarbonização da mobilidade
- Gestão eficiente dos recursos (água, energia, resíduos)
- Qualificação dos ativos territoriais, biodiversidade e recursos endógenos
- Articulação urbano-rural

Competitividade

780,3 M€

PO Algarve 2030 | Objetivo de Política 1 – Um Algarve mais inteligente

224,70 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	1.1 Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
	1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos
	1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
	1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
	1.5 Promover a conetividade digital

368,20 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	2.1 Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa
	2.2 Promover as energias renováveis
	2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes
	2.5 Promover a gestão sustentável da água
	2.6 Promover a transição para uma economia circular
	2.7 Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição
	2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável

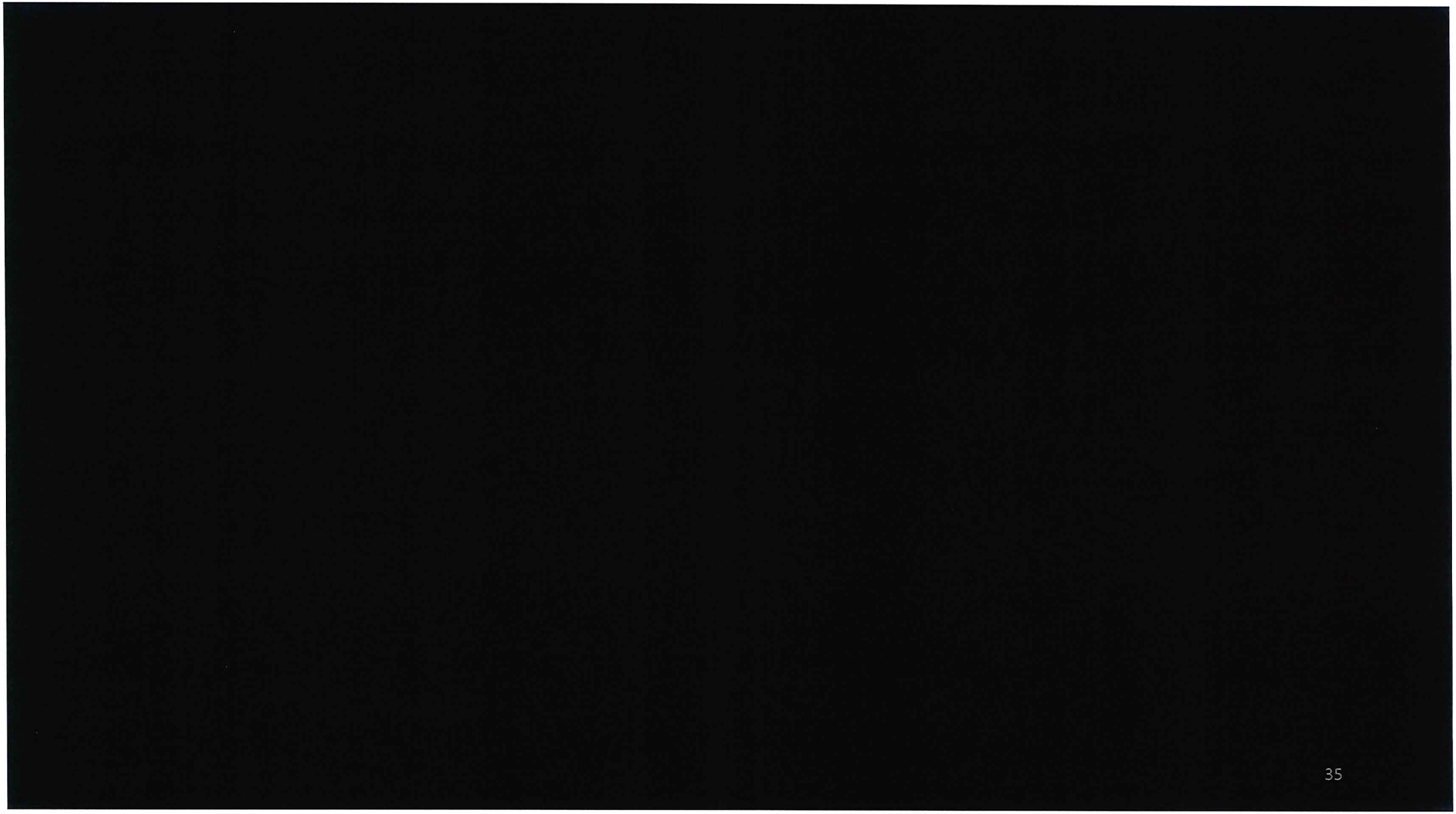
PO Algarve 2030 | Objetivo de Política 4 – Um Algarve mais social

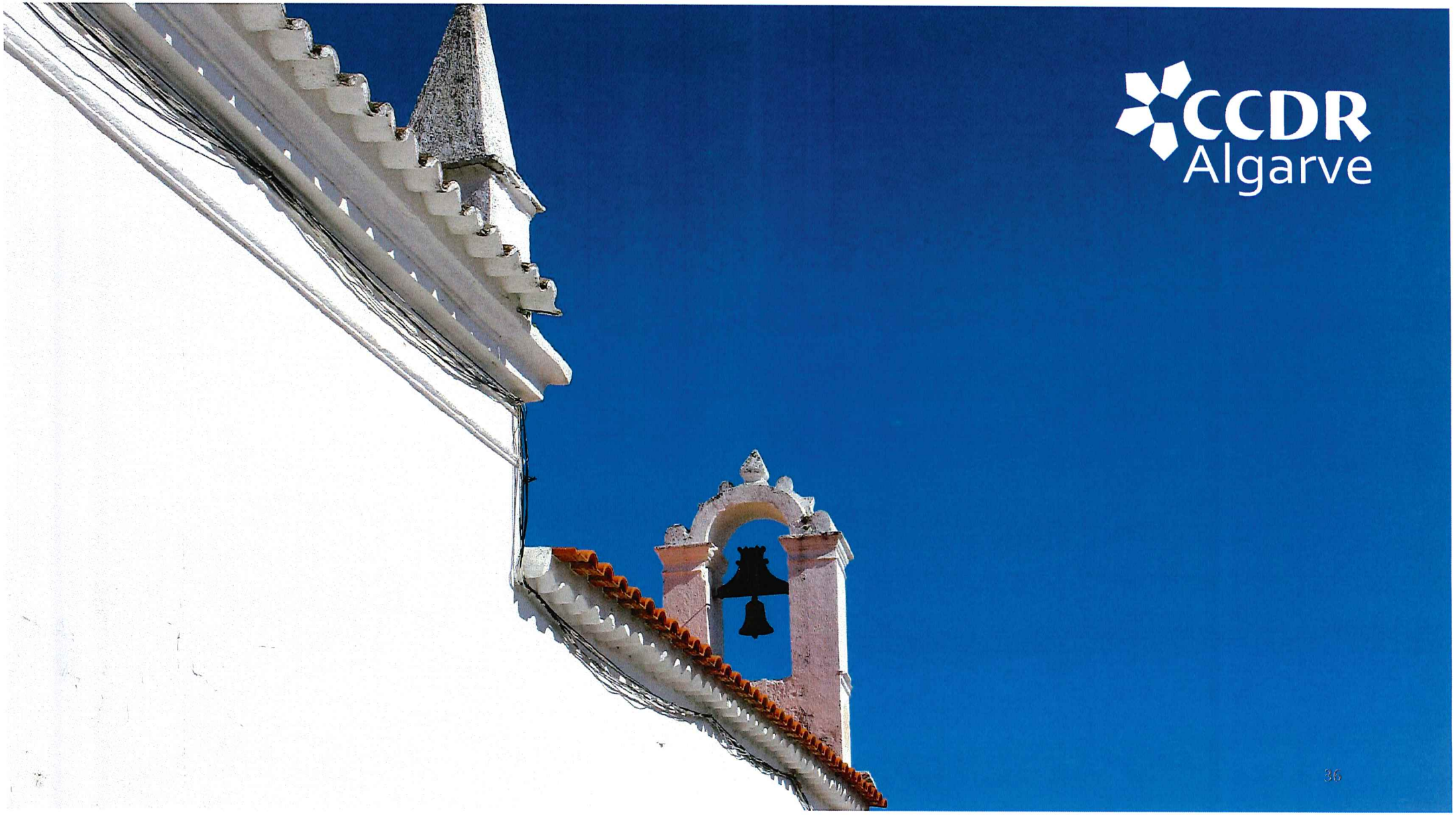
92 M€ FSE + 22 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	4.1 Acesso ao emprego para todos os candidatos a emprego (+Coeso)
	4.4 Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde (RHAQ)
	4.6 Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e formação inclusiva e de qualidade (até ao ensino superior) TESP
	4.7 Aprendizagem ao longo da vida, requalificação e melhoria de competências, transições de carreiras e a mobilidade
	4.8 Inclusão ativa, igualdade oportunidades, não discriminação, participação ativa e melhoria da empregabilidade (grupos vulneráveis)
	4.11 Integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as mais carenciadas e as crianças
	4.ii Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha
	4.v Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade
	4.vi Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social

53,4 M€ FEDER

Objetivos Específicos (OE)	5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas
	5.2 Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança




CCDR
Algarve